Setembro/Outubro 1982

Editado pela Fundação Nacional próMemória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - CxP. 04-0150
70.710 - Brasília - DF

SPHAN 20
próMemória

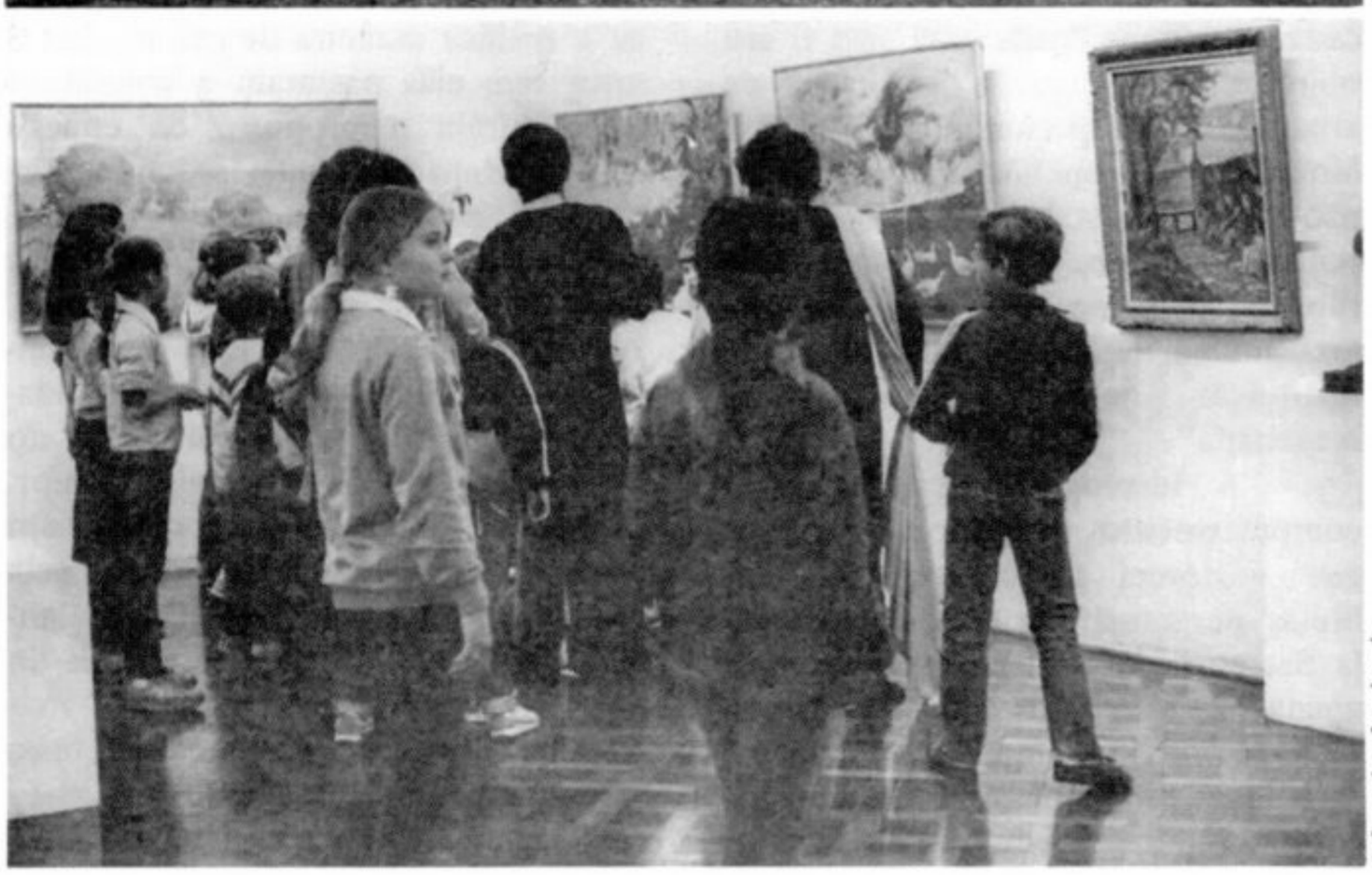
Programa Nacional de Museus

Prestar assistência à totalidade do universo museológico brasileiro. Esta é, em síntese, a finalidade do Programa Nacional de Museus, um serviço criado, em setembro último, no âmbito da Secretaria da Cultura do MEC, e que está sendo operacionalizado pela Fundação Nacional próMemória, por intermédio de uma Coordenadoria Nacional, com sede no Museu da República, no Rio de Janeiro, cidade que concentra as maiores unidades museológicas do país (ver matérias neste número).



Arquivo MHN





Rômulo Andrade

A Coordenadoria Nacional tem à frente o Professor Rui Mourão, empossado no dia 6 de outubro passado, no Rio de Janeiro. Rui Mourão é o Coordenador de Museus e Casas Históricas da SPHAN/PróMemória, em Minas Gerais, e atual Diretor do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. A Coordenadoria constitue-se de um Conselho de quatro pessoas, sendo uma delas o Coordenador, que o preside. Os outros três membros do Conselho já estão designados e são eles o Professor Gerardo Britto Raposo da Câmara, Diretor do Museu Histórico Nacional e Museu da República, a museóloga Regina Timbó, Diretora do Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa, e o Professor Aécio de Oliveira, chefe do Setor de Museologia da Fundação Joaquim Nabuco, que coordena o sistema de museus do Nordeste.

A Coordenadoria contará com uma assessoria especializada, instrumento necessário para a operacionalização do sistema. Ela deverá abranger os seguintes campos: Museologia, Museografia, Pesquisa e Documentação, Atividades Educacionais, Comunicação Social e Finanças. Essa assessoria, segundo Rui Mourão, funcionará estreitamente vinculada aos setores correspondentes dos diversos museus.

Inicialmente, o Programa Nacional de Museus está integrado pelos seguintes órgãos: Museu Histórico Nacional e Museu da República, Museu Imperial, Casa de Rui Barbosa e Arquivo-Museu de Literatura da Fundação, Museu Nacional de Belas Artes, Museu do Folclore Edison Carneiro, Museu Villa-Lobos, Museu da Estrada do Açu-

de e Museu da Chácara do Céu da Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya (cujo acervo encontra-se em processo de incorporação à Fundação próMemória), Museu do Homem do Nordeste e Museu Joaquim Nabuco da Fundação Joaquim Nabuco, Museu da Inconfidência e museus e casas históricas por eles coordenados, outros museus e casas históricas da Fundação próMemória.

"Numa etapa inicial – explica o professor Rui Mourão – vamos cuidar principalmente do estabelecimento de uma administração integrada para os museus que atuam na órbita da Secretaria da Cultura do MEC. Assim que esse primeiro compromisso da Coordenadoria for cumprido, os seus serviços poderão ser ampliados para dar assistência a outras instituições, públicas ou privadas, que espontaneamente optem pela adesão ao nosso sistema".

Apesar de o conjunto dos museus do país ser muito diversificado, devido às características próprias de cada acervo – "cada casa tem o seu objetivo específico, a sua área de atuação, a sua personalidade" – Rui Mourão é de opinião que este fato não impede o estabelecimento de uma política comum. "Será adotada uma filosofia geral de ação e, dentro desses limites, a criatividade de cada instituição, de cada Diretor, será respeitada".

"A ideologia que norteará o comportamento de todos – prossegue – deverá ser conseqüência das linhas programáticas estabelecidas pela Secretaria da Cultura. Nós faremos apenas a aplicação daqueles princípios ao nosso campo de atividade. Tão logo os problemas relacionados com a montagem dos serviços indispensáveis para o início das atividades fiquem resolvidos, farei a convocação do Conselho para que firmemos o nosso ponto de vista em torno da nossa filosofia de atuação. Posteriormente, o assunto será levado aos Diretores dos Museus, que deverão discutí-lo e aprová-lo. É necessário que se obtenha a participação e o comprometimento de todos para que os resultados sejam realmente valiosos e positivos. Sou dos que acreditam no trabalho de equipe, principalmente quando todos têm tanto para dar".

A Coordenadoria Nacional de Museus é uma antiga reivindicação dos museólogos brasileiros. A sua criação consta das recomendações do I Encontro de Dirigentes de Museus (Recife, 1976), para a implantação de uma política museológica, e das sugestões contidas em documentos finais da comissão de especialistas formada pelo Departamento de Assuntos Culturais do MEC (DAC) em 1977/78, unânimes em reconhecer a necessidade de uma coordenação a nível nacional para os museus.

"Quando se operou a recomposição da vertente cultural do MEC, em decorrência da nova política preconizada por Aloísio Magalhães, os chamados museus nacionais passaram para a Fundação Nacional próMemória", recorda Rui Mourão. "Uma das primeiras providências que se tomou, à chegada dessas instituições, – prossegue – foi a de colocar os vários Diretores delas assentados em torno de uma mesa para se discutir a melhor maneira de administrar o setor que elas passaram a constituir. Logo surgiu a proposta da criação da Coordenadoria que, segundo afirmava o professor Gerardo Câmara, vinha sendo reivindicação da classe museológica há cerca de 40 anos. Efetivamente, em mais de um congresso, ela foi objeto de recomendação, e o DAC, na administração do professor Manuel Diegues Júnior, chegou até a fazer a proposta de um provável regulamento. Decidiu-se pela implantação de um serviço que ambiciona dar assistência à totalidade do universo museológico brasileiro, mas que não assume, de imediato, essa responsabilidade abrangente".

SITUAÇÃO DOS MUSEUS

Em termos de organização, a situação dos museus que integram o Programa é bastante diversa: enquanto alguns não têm maiores problemas, outros não possuem sequer direção, como é o caso de museus ou projetos de museus oriundos da própria Fundação Nacional próMemória. "Em Minas, por exemplo, na minha área, existe a Casa Setecentista de Caeté (Museu Regional) que possui apenas uma funcionária; os demais servidores que ali trabalham foram conseguidos mediante convênio com a Prefeitura Municipal". Segundo Rui Mourão, a grande maioria das casas necessita de equipamentos.

Para o professor, um problema grave, que precisa ser atacado, é o da restauração. "A próMemória, recentemente, encomendou um diagnóstico a respeito ao professor Édson Mota Filho, que recomendou a implantação de laboratórios regionais e enfatizou a necessidade de se promover o aperfeiçoamento do pessoal técnico envolvido. A morte de Édson Mota e, mais recentemente, de Jair Inácio, foram grandes mutilações que precisam, de alguma forma, ser compensadas".

Com relação à área de museologia, os grandes museus do Rio de Janeiro estão bem servidos de profissionais, na opinião do professor. "Os museólogos mais qualificados compõem os seus quadros. Talvez o número deles ainda seja insatisfatório. Outras áreas, como a de Minas, são muito carentes".

Um dos projetos da Coordenadoria é o da organização de um curso de pós-graduação em museologia, para o qual serão convidados especialistas brasileiros em ciências humanas para se encarregarem das várias disciplinas, assim como do exterior para as matérias mais técnicas, "não porque não haja no país pessoas em condições de ministrarem esses ensinamentos, mas porque acreditamos que uma ampla circulação de novas idéias só pode ser benéfica".

"Falando em termos brasileiros, é preciso admitir que estamos longe de superar um estágio de absoluto subdesenvolvimento no que diz respeito à museologia. Os cursos existentes, embora encampados por universidades, não têm conseguido as condições indispensáveis para se desenvolver porque o seu campo de especialidade não é dos que gozam de maior prestígio junto à comunidade dos alunos e, por via de efeito, junto aos responsáveis pelas faculdades em que eles se inserem. A situação só será revertida se órgãos como a Fundação Nacional próMemória ou a Secretaria da Cultura, diretamente envolvidos com o problema da museologia, assumirem a atitude de sair a campo em sua defesa".

Setembro/Outubro 1982

SPHAN 20
*pró*Memória

Museu Histórico Nacional: Um novo conceito de museologia

É preciso que o museu se constitua, ele próprio, em objeto de pesquisa; precisa ser repensado para cumprir o papel que, enquanto agente de desenvolvimento através da educação permanente ou não-formal, dele espera a sociedade contemporânea.

"A adoção de linhas programáticas de ação educacional, técnica e cultural para aproveitamento do potencial do museu, aliada a medidas capazes de minimizar o caráter enigmático dessa instituição, viabilizará condições para configurar o perfil de um museu ideal".

CAMARA, Geraldo Britto Raposo da. Museu: algumas reflexões. *Perspecitiva Universitária, . . . (. . . .):* 3, dezembro 1981. Edição Especial.



Arquivo MHN

Vista geral do conjunto arquitetônico da sede do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, com modificações introduzidas de 1922 a 1938. Fotografia de 1969.

Em 11 de outubro de 1922, o Presidente Epitácio Pessoa inaugurava o Museu Histórico Nacional, criado pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto desse ano, com a competência de "recolher, classificar e expor ao público objetos de importância histórica, e concorrer por meio de cursos, conferências, comemorações e publicações para o conhecimento da história pátria e culto de nossas tradições". O evento, inserido nas comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil, vinha concretizar a meta do escritor e historiador Gustavo Dodt Barroso, primeiro Diretor da instituição.

Ao longo dos 60 anos de sua história, o Museu passou por várias transformações. Atualmente, vinculado à Secretaria da Cultura, é órgão integrante da Fundação Nacional próMemória, e compreende em sua estrutura o Museu da República, criado em 1960 quando da transferência da sede do Governo Federal para Brasília, pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, na gestão do Diretor e acadêmico Josué Montello.

A sede do Museu Histórico Nacional ocupa todo o quarteirão fronteiro à Praça Marechal Âncora, local da maior tradição e identificação com a história da cidade do Rio de Janeiro. Seus 23.000 metros quadrados de área resultam da incorporação e sucessão de edificações e reformas, cujo núcleo é a Casa do Trem, construída em 1762 por determinação do Governador Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, e à qual, ainda no século XVIII, se anexou o prédio do Arsenal Real do Exército. Esta instituição, após denominar-se em 1822 Arsenal de Guerra da Corte e, em 1889, Arsenal de Guerra da Capital, foi transferida para a Praia de São Cristóvão em 1902.

Essa histórica área limita-se a oeste pela Casa do Trem, e a leste pelo sítio da antiga Fortaleza de São Tiago, originária da bateria do mesmo nome levantada em 1603, por Martim de Sá.

No Arsenal, do século XVIII ao início do século XIX, fabricaram-se armas e petrechos de guerra, como as duas primeiras peças de artilharia inteiramente construídas no Brasil, em 1820 e 1821; aí, pela primeira vez, fabricou-se bronze para a fundição das esculturas e chafarizes do Mestre Valentim, integrados, ao tempo do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza, nas obras de embelezamento e urbanização do Rio de Janeiro.

Modificado em seus aspectos decorativos, foi o conjunto adaptado para servir como Palácio das Indústrias na Exposição do 1º Centenário da Independência do Brasil, tendo ainda sofrido alterações em 1938; e atualmente, a partir de 1975, obras de restauração e adaptação às novas necessidades estão-se realizando.

Por esse complexo arquitetônico distribuem-se as salas destinadas a exposições, a Diretoria e os setores técnico e administrativo, responsáveis pela programação e realizações do órgão, ocupando inclusive espaços por onde passaram ilustres personalidades da museologia nacional, durante o período de permanência na Casa do Curso de Museologia, nela criado em 1932 e transferido, em 1978, para a Federação das Faculdades Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, atual Uni-



Arquivo MHN

Aspectos da exposição temporária comemorativa da Independência do Brasil montada na Estação Central do Metrô. Rio de Janeiro, 1979. Cadeirinha-de-arruar, madeira policromada, século XVIII.

versidade do Rio de Janeiro – UNIRIO.

O ACERVO

Formado por um patrimônio de 132.000 peças históricas e artísticas, 50.000 documentos distribuídos em arquivos histórico e fotográfico, e de 20.000 títulos de obras, além de periódicos, folhetos e da significativa Coleção Brasiliana, repartidos em quatro bibliotecas, o acervo do MHN compõe-se principalmente de 77 grandes coleções, de gêneros diversos tais como armaria, condecorações, escultura, filatelia, indumentária, louça, medalhística, numismática, ourivesaria, pintura e viaturas.

É de notar a importância das coleções de moedas e medalhas, cujo núcleo original é constituído pela coleção da Casa Real Portuguesa, e das coleções Almirante Barroso, Barão de Cotegipe, Visconde do Rio Branco, José de Alencar, Duque de Caxias, General Argolo e General Osório, Guilherme Guinle, Marechal Bento Ribeiro, Miguel Calmon, Sousa Lima, Afonso Pena, Campos Sales, Delfim Moreira, Epitácio Pessoa, Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Marechal Artur da Costa e Silva, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, Manuel Vitorino Pereira, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Prudente de Morais.

As peças e coleções arroladas, pesquisadas, processadas tecnicamente e selecionadas segundo critérios específicos, possibilitam que as exposições permanentes atendam à apresentação dos grandes períodos da História do Brasil, enfocando, na sede do MHN, o período de 1500 a 1889, através dos seguintes temas:

• *Brasil - Colônia*: – Descobrimento – Invasões estrangeiras – Manifestações artísticas no século XVIII – Mineração – Inconfidência Mineira – Tiradentes;

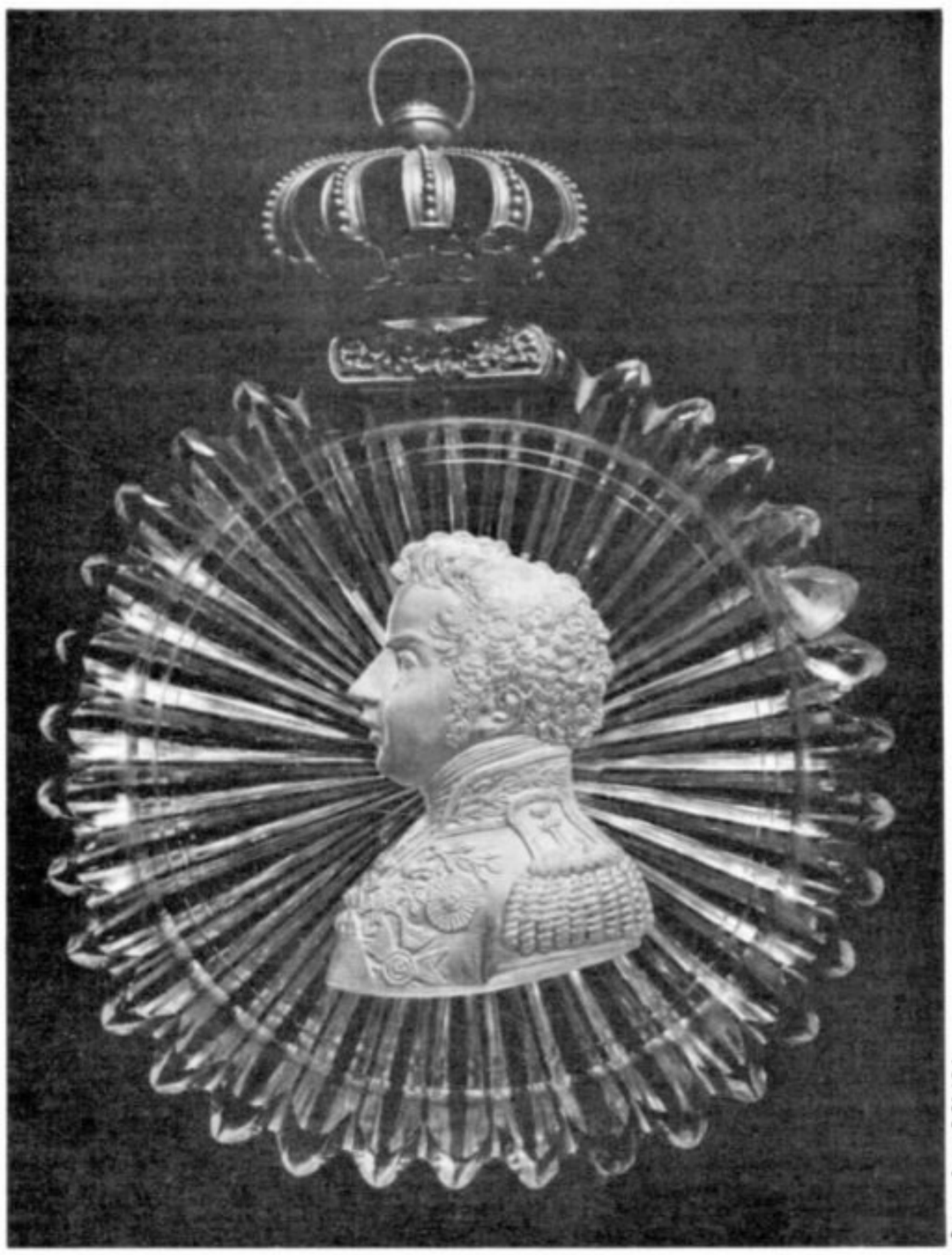
• *Brasil - Reino Unido*: – D. João VI;

• *Primeiro Reinado*: – D. Pedro I./A independência e a consolidação do Império – Campanha Cisplatina;

• *Segundo Reinado*: – D. Pedro II./Famflia Imperial – Políticas interna e externa – Desenvolvimento material – Aspectos sociais – Artes – Regime escravagista – A Abolição – Queda da Monarquia.

No Museu da República as exposições permanentes são constituídas pelos ambientes do antigo "Palácio do Catete" e atêm-se a acontecimentos e personalidades marcantes da História da República no Brasil, assim distribuídos:

• *Ciclo da Propaganda Republicana:* – A República e sua Consolidação – As coleções dos Presidentes, do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca a Delfim Moreira;



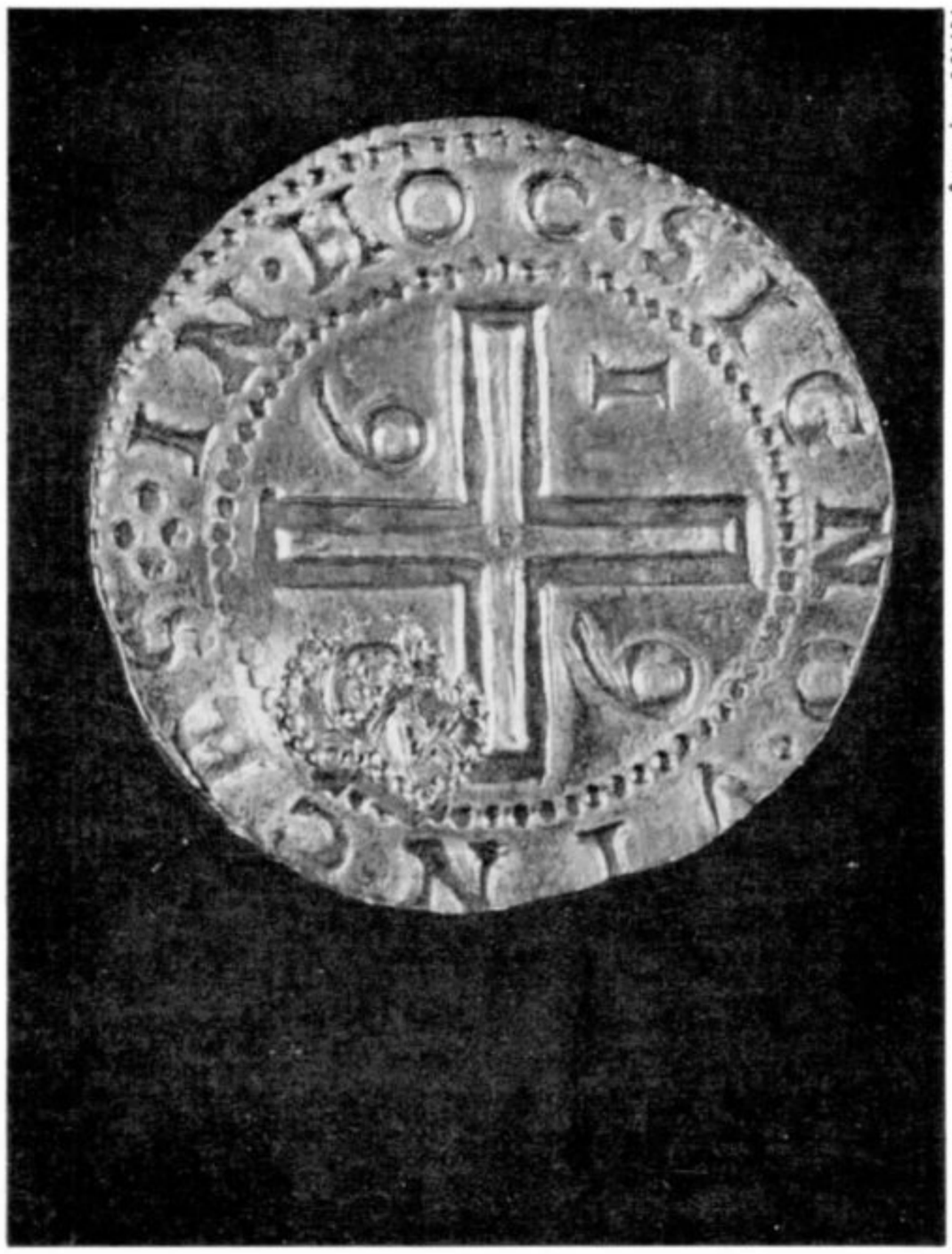
Arquivo MHN

Medalhão com efígie de D. Pedro I. Cristal lapidado, latão e cerâmica. Manufatura portuguesa.

• *Exposição das imponentes dependências oficiais do Palácio;*

• *Os principais eventos e coleções relativos aos Presidentes, de Epitácio Pessoa ao Marechal Artur da Costa e Silva.*

O Palácio do Catete é o antigo Palácio Nova Friburgo, construído de 1858 a 1866 para residência do 1º Barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, segundo o projeto do engenheiro alemão Gustavo Waehneldt, em cuja execução de obras de arte trabalharam, entre outros, os artistas Iassani, Bragaldi e Emílio Bauch. O prédio, um dos poucos exemplares das mansões do Rio de Janeiro antigo, foi restaurado e reformado para ser a sede do Governo Federal, de acordo com o projeto do engenheiro Aarão de Carvalho Reis, tendo nesta ocasião ali trabalhado os artistas Décio Vilares e Antônio Parreiras.



Arquivo MHN

Moeda de quatro cruzados, 1661. Cruz de São Jorge. Algarismos da data entre os braços da cruz. Histórico: em 20.11.1662 para acudir às despesas da Guerra da Restauração foi aumentado o valor desta moeda por meio de uma contramarca. Assim, quatro cruzados, que valiam 3500 réis, passaram a 4000 réis.

A PROPOSTA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Acompanhando a evolução da conceituação de museu, atento às atribuições regimentais e ao papel de agente de desenvolvimento através da educação não-formal, vem o MHN diversificando ações que marcam sua presença junto à comunidade, levando até ela a possibilidade de reflexão e participação no processo de conhecimento da própria realidade brasileira.

Suas linhas de ação estão voltadas à capacitação, assistência técnica e intercâmbio cultural; promoção de programas de extensão, de pesquisas e processamento técnico; preservação de bens e difusão de valores culturais.

Busca-se a sistematização de processos técnicos; a promoção cons-



Arquivo MHN

Seção de Conservação e Restauração. Museu da República, integrante do Museu Histórico Nacional, com sede no antigo Palácio do Catete.



Arquivo MHN

Atividades educacionais e culturais para clientela de primeiro grau. Museu da República.

tante de exposições temporárias e itinerantes, simultaneamente a um programa de aperfeiçoamento e capacitação de pessoal na área cultural, envolvendo professores e estudantes de todos os graus, com vistas à utilização pedagógica dos bens culturais em geral e à utilização dos museus, em particular.

Na linha de intercâmbio técnico-cultural estuda-se a viabilidade da realização de um programa internacional voltado à captação de conhecimentos e recursos técnicos e de especialistas nas áreas de Conservação e Restauração para orientar cursos de formação e seminários, e mesmo a fim de atuar diretamente no restauro do acervo.

ALGUNS RESULTADOS

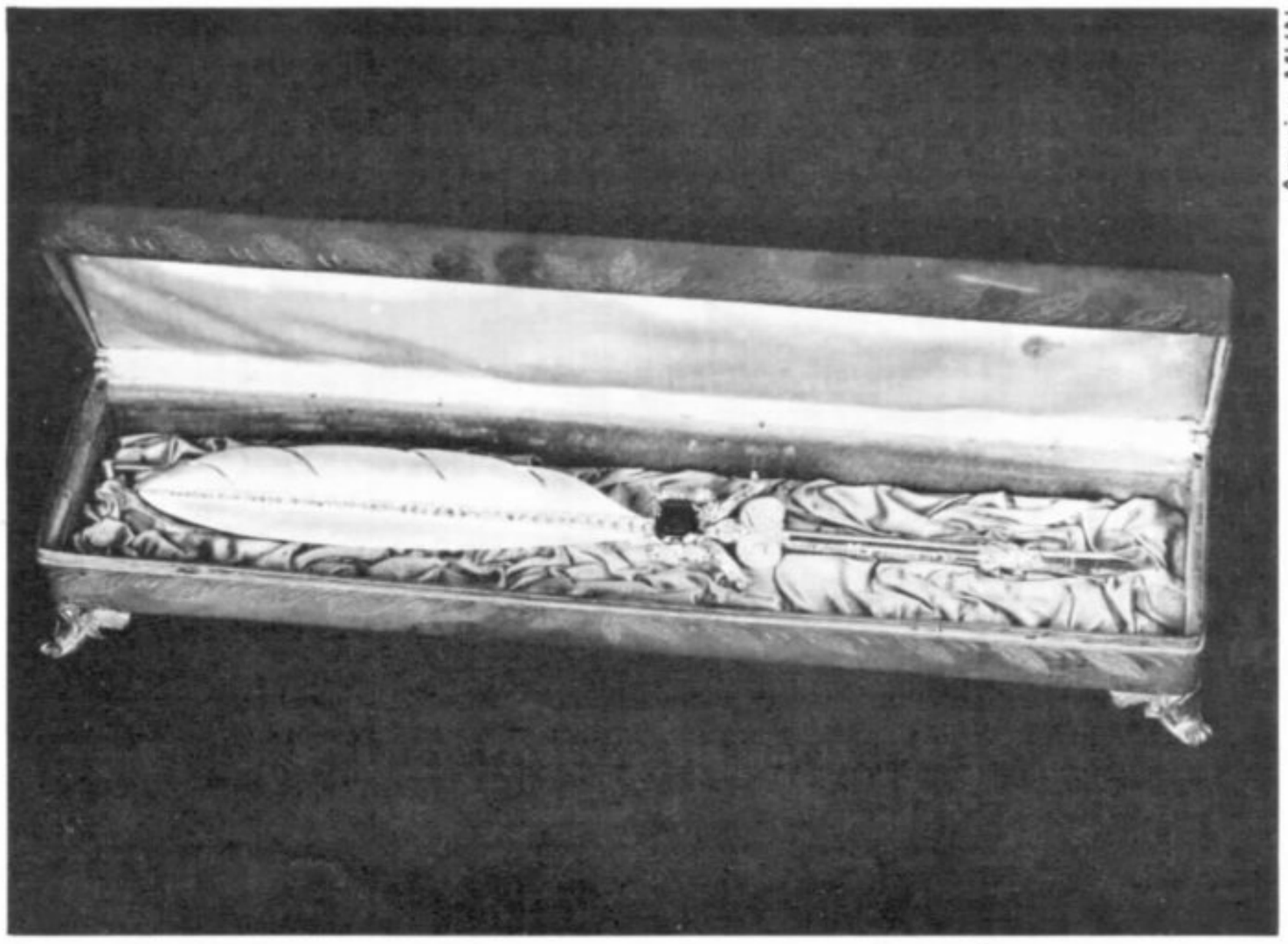
O Museu Histórico Nacional, apesar de limitações geradas pelo número insuficiente de funcionários em face das propostas atuais, e pela execução de um amplo projeto de obras de restauração, consolidação e adaptação das instalações da sede e do Museu da República, vem desenvolvendo projetos de sistematização, identificação, classificação e inventário de acervo de bens históricos, artísticos, iconográficos, cartográficos e bibliográficos, que determinam um ritmo constante e crescente de aprimoramento técnico e de prestação de serviços do órgão à comunidade em geral.

Na área de programas educacionais e culturais o Museu Histórico Nacional vem oferecendo oportunidade de aprimoramento e formação, em diversos campos de conhecimento, a 338 estudantes universitários e de 2º grau através da promoção de estágios supervisionados no próprio órgão e em 69 instituições culturais (museus, bibliotecas, arquivos e institutos históricos e de pesquisa) de 16 Estados, num total estimado para este ano em 216.320 horas de estágio, como parte do acordo firmado com a Fundação Mudes para desenvolvimento do Projeto Museus.

Ainda nessa área, e também sob contrato com a Fundação Mudes, desenvolvem-se, em 1982, 67 cursos de curta duração, com carga horária total de 1.340 horas/aula, e 2.800 participantes entre estudantes universitários, profissionais e professores de 1º e 2º graus, voltados para conteúdos de História do Brasil e Ciências Sociais, Arte em geral, Biblioteconomia, Museologia, Arquivologia e de Recursos Educativos dos Museus.

No campo da Conservação e Restauração foi firmado acordo de cooperação técnica com a Fundação Universitária José Bonifácio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o qual irá permitir, através da Escola de Belas Artes, a utilização de técnicos e serviços universitários nas atividades do órgão, e prestação de serviços a outras instituições.

Em resumo, o MHN é uma instituição que se reestrutura em constante busca de adequação às necessidades da comunidade brasileira, na tentativa de informá-la técnica e culturalmente, e de promover, através de exposições, programas de pesquisa, de capacitação e intercâmbio, a difusão cultural.



Arquivo MHN

Caneta oferecida à Princesa Isabel por motivo da assinatura da Lei Áurea. Ouro com pedraria, século XIX.

Setembro/Outubro 1982

SPHAN 20
prómemória

Em Petrópolis, a história do Império

O Museu Imperial foi um sonho que se tornou realidade. Fundado em 29 de março de 1940, era um projeto que já vinha sendo alimentado desde 1922, por um Vereador à Câmara Municipal de Petrópolis, que desejava ver o velho Paço de Petrópolis transformado num grande museu nacional. O prédio onde está instalado o Museu Imperial, conhecido como um dos mais belos patrimônios da tradição brasileira, foi residência particular de D. Pedro II.

O Palácio do Imperador em Petrópolis foi o único levantado no Brasil às expensas de um chefe de Estado, para lhe servir de residência. Somente nos dias atuais outro prédio foi erguido com esta especificidade; o Alvorada, em Brasília, mas que se distancia do de Petrópolis, por ter sido este construído com dinheiro particular do soberano.

Em vários trechos de cartas, D. Pedro II deixou clara sua predileção pelo Palácio de Petrópolis, como este: "Parto amanhã para Petrópolis, onde posso levar uma vida mais a meu gosto. Lá desfruto melhor da luxuriante natureza de meu país e sobra-me mais tempo para ler e estudar". Petrópolis representava para D. Pedro II o seu refúgio e o seu oásis. Na cidade, ele dedicava-se às suas ocupações prediletas: leitura e estudos. Foi no refúgio de Petrópolis, tão propício ao chefe de Estado, que o Brasil pôde desfrutar os melhoramentos materiais de maior significação no século: a grande rodovia – Estrada União e Indústria – então chamada o "Simplon da América", o selo postal (que o Brasil foi o segundo país a instituir), o cabo submarino, o telégrafo elétrico, a Estrada de Ferro de Petrópolis, o telefone. Foi em sua residência predileta, que D. Pedro II adquiriu os seus melhores aspectos de chefe de Estado, na seleção dos valores, na moralidade da administração e no amor ao Brasil.

Por tudo isso, a casa de D. Pedro II, transformada em Museu Imperial, tem uma serena e profunda significação evocativa, e os visitantes, ao entrarem no Palácio, recebem uma importante impressão educativa de sentirem-se contemplados por um passado que soube cumprir sua missão a serviço da Pátria.



Arquivo M

O Museu Imperial abriga um dos mais importantes acervos sobre a História do Brasil, especialmente do 1º e 2º Reinados.

CRIAÇÃO DO MUSEU

Pelo Decreto-lei nº 2096 de 23 de março de 1940, o Presidente Getúlio Vargas decreta em seu art. 1º : "Fica criado o Museu Imperial, na cidade de Petrópolis . . . " A 6 de abril do mesmo ano, Alcindo Sodré era nomeado Diretor do Museu Imperial. O Governo, pouco antes, reconhecendo o Palácio Imperial como propriedade particular, adquiriu o imóvel aos herdeiros do Imperador. Foram três anos de trabalhos em restauração e melhoramentos.

Anteriormente, no prédio, havia funcionado, depois da proclamação da República, dois colégios: Nossa Senhora de Sion e S. Vicente de Paulo. Os jardins e a canalização foram restaurados – novas mudas de plantas substituíram fielmente as antigas. Até hoje, conservam-se as linhas paisagísticas primitivas dos canteiros e a disposição das espécies vegetais. No edifício, fez-se total restauração, restabelecendo as dependências originais, algumas modificadas pelo uso dos colégios.

A construção do Palácio é sólida. Suas paredes externas são de grossa alvenaria, e as divisões internas apresentam a mesma alvenaria e o reforço de esteios de tapinhoã. O assoalho, portas, janelas e esquadrias são das melhores madeiras brasileiras: cedro, jacarandá, canela, peroba, pau cetim, piquiá rosa, vinhático. As ferragens são de bronze. Os tetos de estuque simples e elaborado. Este tem trabalhos de grande beleza na sala de Estado, gabinete de estudo, quarto de dormir e sala de música.

FORMAÇÃO DO MUSEU

Para compor o Museu Imperial, o primeiro pensamento foi para os objetos que existiam nos antigos Paços Imperiais – Paço da Cidade, São Cristóvão, Petrópolis e Santa Cruz. Esses objetos, vendidos em leilão e mantidos em coleções particulares, foram gradativamente recolhidos ao Museu Imperial através de aquisições ou donativos.

Ainda foram transferidos vários objetos, notadamente do Palácio Itamarati, Tesouro Nacional, Casa da Moeda, Museu Nacional e Palácio do Catete. Entre as coleções particulares mais valiosas doadas na ocasião estão as dos Srs. Guilherme Guinle, Lineu de Paula Machado, Família Modesto Leal, Vasco de Azevedo Lima, Pedro Paranaguá, entre outros. Finalmente, no dia 16 de março de

1943, era inaugurado o Museu Imperial.

CONSTITUIÇÃO ATUAL

Ao longo dos 40 anos de existência do Museu Imperial, foram suas coleções se enriquecendo, constituindo hoje um dos mais importantes acervos relativos à História do Brasil, especialmente do 1º e 2º reinados, com 10 mil 816 peças. Fazem parte do acervo do Museu: coleções de objetos – mobiliário, prataria, numismática, louças e cristais, pinturas, gravuras e desenhos, viaturas, leque e indumentária, além de documentos originais e impressos.

Em prédio anexo construído para esse fim, encontram-se as dependências do arquivo, biblioteca e auditório. Em outro anexo, encontra-se a coleção das carruagens e viaturas de época, na qual se destaca a célebre *Monte de Prata*, carruagem de gala do Imperador.

A principal peça do acervo do Museu Imperial é a coroa de D. Pedro II, em ouro cinzelado, com 77 pérolas e 639 brilhantes, com o peso de 1k955g.

FUNCIONAMENTO

Todos os dias, com exceção das segundas-feiras, o Museu Imperial está aberto à visitação pública, das 12h às 17h30m. Esse horário foi estabelecido para que seja possível a conservação da casa, que exige constante limpeza, troca de flores naturais, e trabalhos de restauração de peças que não podem ser removidas.

No momento, diversos aposentos do Museu Imperial estão em fase de reformas, como o prédio onde ficam as carruagens e a ala direita do Palácio. Futuramente, a coleção sobre a História de Petrópolis deverá ser devidamente exposta no prédio das viaturas, e a ala direita do Palácio será destinada à exposição permanente das coleções, que proporcionarão ao visitante um "Panorama do Império". Em sua montagem, procura o Museu restaurar todo um clima da época e do ambiente em que viveu o nosso 2º Imperador.

BIBLIOTECA E ARQUIVO

A Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial – Biblioteca e Arquivo Histórico fica aberta ao público, de terça a sexta-feira das 14h às 18h, e aos sábados, das 13h às 17h.

Na Biblioteca encontram-se cerca de 30 mil títulos entre livros, folhetos e periódicos. Sua especialização é História, principalmente do Brasil no período imperial e Arte em geral, voltada para a Arte brasileira.

No Arquivo, encontram-se cerca de 100 mil documentos manuscritos, fotografias, gravuras e mapas, destacando-se o *Arquivo da Casa Imperial.*

EXPOSIÇÕES

As exposições temporárias reúnem objetos específicos, o que facilita a leitura de determinado assunto aos visitantes. No momento, há uma exposição na Sala das Jóias, comemorativa do 160º aniversário da Imperatriz Teresa Cristina. Na mostra, de fotos e pertences da Imperatriz, podemos encontrar o certificado de seu casamento com D. Pedro II, seu diário e uma bonita sombrinha de marfim e esmeraldas.

ADMINISTRAÇÃO

O Museu Imperial tem sido foco de muitos elogios, principalmente quanto à sua conservação. Cerca de quase mil pessoas por dia visitam a casa de preferência de D. Pedro II. Atualmente, o Museu é vinculado à próMemória.

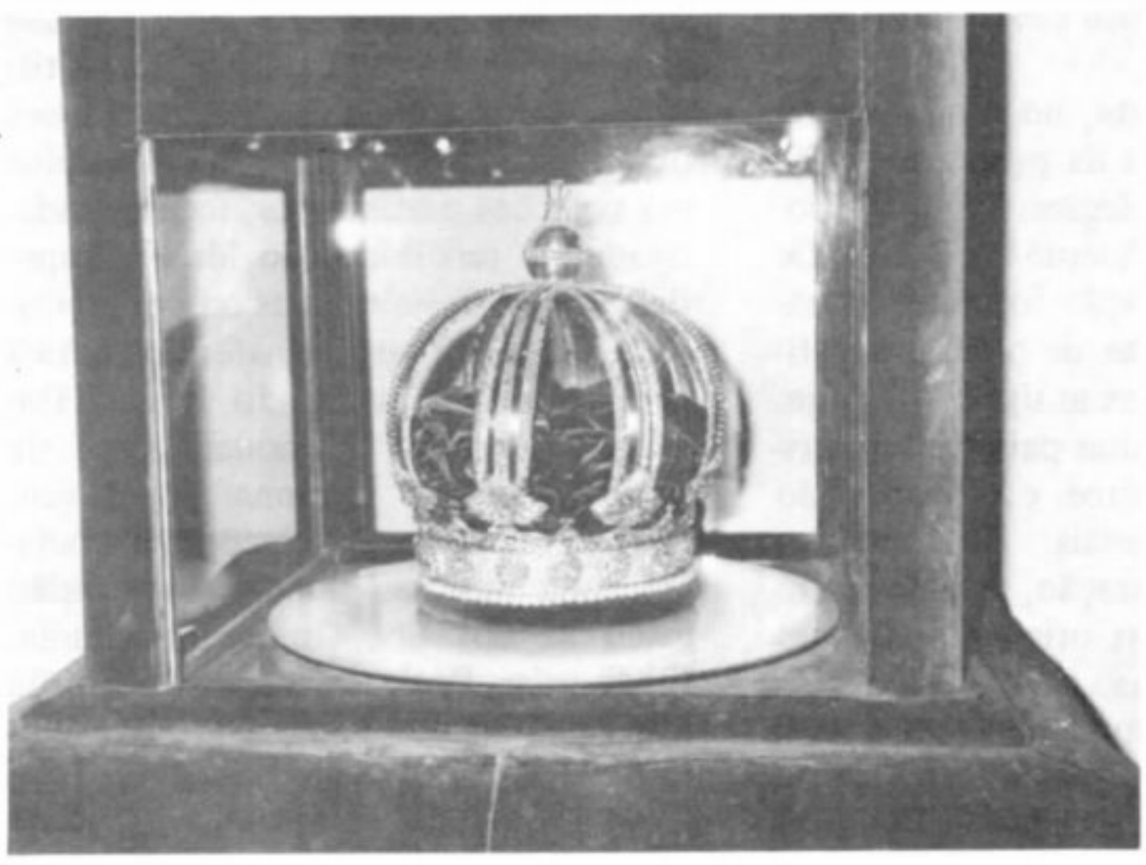
O Museu Imperial contribui muito para a parte educativa e cultural da cidade. Frequentemente, em seu auditório, promove cursos, conferências, concertos. Dentro do Serviço de Atividades Educativas e Culturais do Museu Imperial, há um processo de reorganização no sentido de criar novas fontes pedagógicas, a fim de obter um atendimento melhor entre professores e o acervo do Museu. Para isso, foi realizado um estudo profundo em que se buscou fontes didáticas nos mais atualizados técnicos em educação, que propõe um aprendizado sensório-motor, onde as crianças possam afixar de maneira correta e definitiva tudo aquilo que for apreciado e manuseado dentro dos programas educativos do Museu.

Baseado nestes princípios pedagógicos, o Serviço Educativo reformulou seus projetos nesse 2º semestre, fazendo com que o Museu Imperial deixe de ser uma fonte cultural de elite, para se popularizar de forma adequada atendendo crianças de todas as faixas etárias. A Seção Educativa do Museu está desenvolvendo as seguintes atividades:

– Projeto Museu/Escola – atendimento às 6as. séries das Escolas da Rede Oficial do Estado e do Município, tendo como tema "Fim do Império/República".
– Atendimento a escolas dos demais municípios, dentro do mesmo projeto.
– Visitas guiadas para adultos e crianças.
– Curso para Guias de Turismo sobre o acervo do Museu Imperial.
– Curso de Práticas Educativas para professorandas, visando à utilização de recursos oferecidos pelo Museu Imperial.

Em 1983, o Museu Imperial estará completando 40 anos de existência, e diversas comemorações estão previstas, entre elas a exposição "Museu Imperial – 40 anos" e um congresso sobre "História do Império".

Arquivo MI

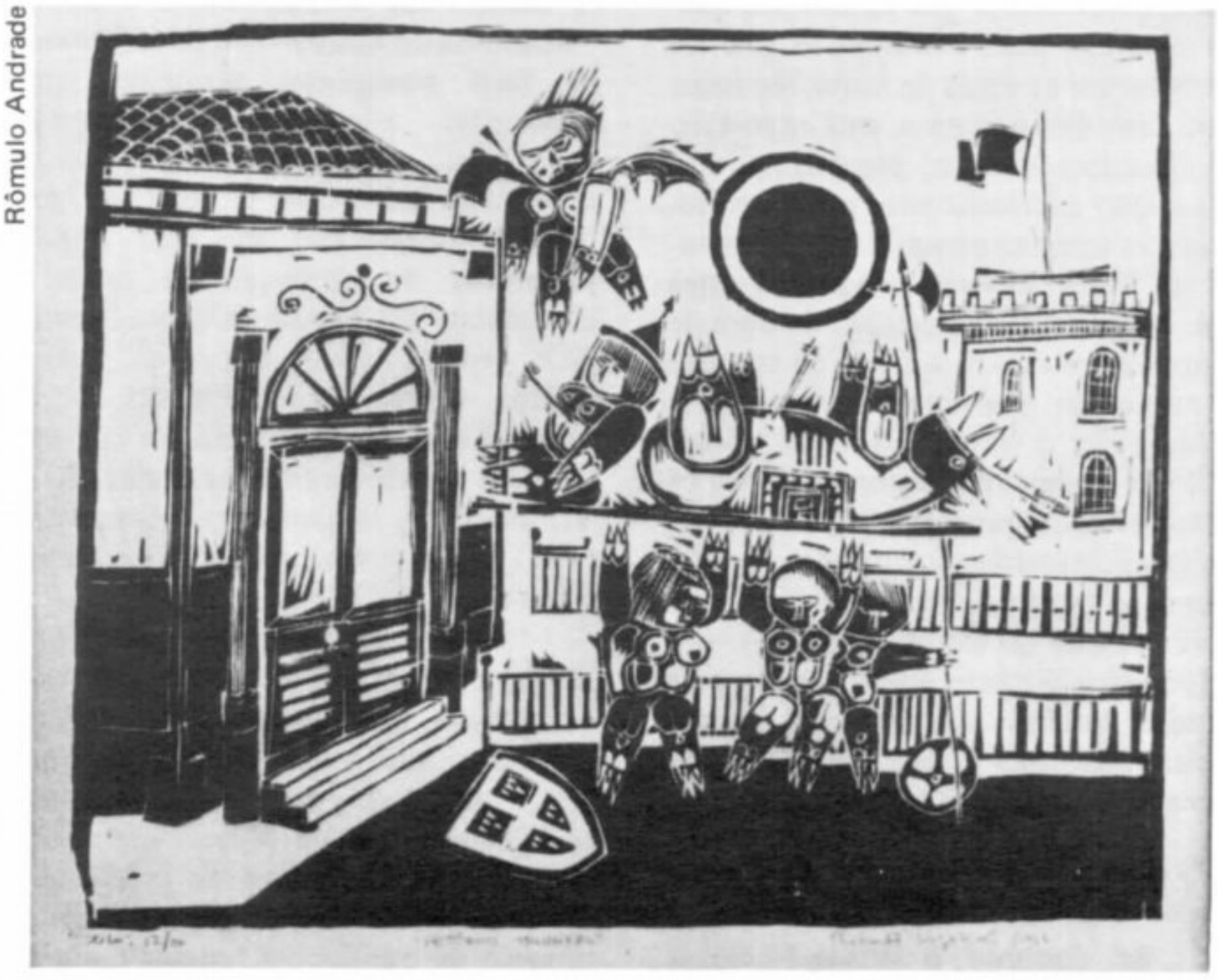


A coroa de D. Pedro II. Ouro cinzelado, 77 pérolas e 639 brilhantes, 1k955g, a principal peça do acervo do Museu Imperial.

Setembro/Outubro 1982

SPHAN 20
próMemória

Museu Nacional de Belas Artes mostra a arte de rejuvenescer



Retorno Triunfal, *xilogravura de Roberto Magalhães, 1963. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes.*

Terça-feira, três horas da tarde: no saguão de entrada do Museu Nacional de Belas Artes, no centro do Rio de Janeiro, um grupo de aproximadamente sessenta crianças com idades variando dos oito aos doze anos, de súbito tem sua atenção atraída por três palhaços, que cochicham, a um canto. Um deles, finalmente, dirige-se às crianças e explica o problema aflitivo que acaba de surgir: a visita ao MNBA, prometida aos pequenos colegiais, está ameaçada de cancelamento, pois foi perdida a *chave da memória*. Mas, nesse instante, ouve-se um som musical vindo de uma das galerias próximas. Os palhaços imaginam que, seguindo-se o som, talvez seja encontrada a chave perdida. E propõem – obtendo a imediata adesão – que as crianças os ajudem na busca, através das galerias do MNBA.

Assim começa, de uma forma lúdica, plena de empatia, sob a forma de um jogo infantil em que as crianças misturam-se a atores e fantoches, a mais alegre das visitas ao mais importante Museu de Arte da América Latina. Longe de ser aquela visita monótona, enfadonha, cansativa, professoral, imposta às crianças, o espetáculo de teatro infantil criado especialmente para os pequenos visitantes do Museu Nacional de Belas Artes transmite ao público mirim, com sutileza, noções não apenas de artes plásticas, mas também de preservação, patrimônio, ecologia. Uma hora e meia depois, as crianças percorreram, quase sem sentir, todo o Museu. E encontraram "A chave da memória", que serve de título para o espetáculo.

Este projeto, denominando "Museu Animado", foi lançado no mês de abril último e os espetáculos ocorrem toda terça-feira, sempre às quinze horas. Ele se constitui em uma dentre as várias atitudes adotadas pela direção do Museu Nacional de Belas Artes, para transformar a vetusta entidade em um organismo novo, ágil, vivo e, sobretudo, democrático.

"Estamos construindo o anti-museu", diz Alcídio Mafra de Souza, professor e crítico de arte, que há dez meses assumiu a direção do MNBA, pouco depois do Museu integrar-se à Fundação Nacional próMemória, primeiro passo decisivo, sob o ponto-de-vista administrativo, para o surgimento de um novo Museu Nacional de Belas Artes.

E Alcídio Mafra de Souza complementa a sua afirmação inicial:

"Estamos dando um sentido de animação cultural ao espaço físico do MNBA, onde atualmente se registra freqüência de aproximadamente 500 pessoas em determinados dias, o que não ocorria quando aqui cheguei".

AS ORIGENS

Cinqüenta e quatro obras trazidas por Lebreton para o Rio de Janeiro, em 1816, como parte do material didático da Missão Artística Francesa, constituem o embrião do Museu Nacional de Belas Artes. A esse material foram reunidas peças da coleção de D. João VI, com o que se formou a pinacoteca da Real Academia de Belas Artes.

O primeiro prédio da Academia, construído por Grandjean de Montigny, localizava-se na esquina da Avenida Passos com a Travessa das Belas Artes. Crescendo através de doações, aquisições e trabalhos enviados da Europa por alunos brasileiros subsidiados pelo governo, a pinacoteca, quarenta anos depois de sua fundação, ganhou um espaço mais amplo, em novo prédio, vizinho ao anterior.

Em 1908, o endereço definitivo: o Rio ganhava a então Avenida Central, hoje Rio Branco. E no número 199, na confluência com a rua Araújo Porto Alegre, um prédio projetado por Morales de los Rios foi construído com a destinação especificamente museológica, passando a abrigar o MNBA.

RECUPERAÇÃO

Hoje, no mesmo prédio, o Museu Nacional de Belas Artes e a FUNARTE dividem o espaço. Mas os setenta e quatro anos de existência do edifício trouxeram as seqüelas do tempo. Assim, ao mesmo tempo em que Alcídio Mafra de Souza procura imprimir uma nova filosofia ao MNBA, animando-o e abrindo-o para todas as classes, também as modificações físicas se fizeram necessárias, através da restauração de galerias, obras hidráulicas e elétricas, uma reforma, enfim.

OUTROS PROJETOS

Se o espetáculo de teatro infantil que compõe o projeto "Museu Animado", em cinco meses de existência já se consagrou (as escolas disputam datas para levar suas turmas ao MNBA), outros projetos estabelecem um leque variado de opções para diferentes faixas etárias. Às quartas-feiras, às 18 horas, por exemplo, é o momento do Projeto "Ver e Ouvir": na Galeria do Século XIX: um espetáculo de música erudita, para colegiais de primeiro e segundo grau, que serve de ponto final a uma visita dirigida através do Museu. Por outro lado, de terça a sexta-feira, das quatorze às dezoito horas, o público em geral dispõe de sessões corridas de filmes documentários de curta-metragem, com entrada franca e programação modificada semanalmente. Trata-se de um dos ítens do Projeto Cinearte, que tem intenções mais ambiciosas: a de documentar, tanto através do cinema como do *vídeo tape*, assuntos relacionados às Artes Plásticas, Patrimônio e Artesanato. A esse elenco de eventos somam-se os cursos de breve duração (normalmente, de uma ou duas semanas), constituídos de conferências e com fornecimento de certificados de freqüência.

VILMA E OS GUARDAS

Mas se alguns projetos, eventos e atitudes decorrem de estudos, pesquisas e de amadurecimento da idéia, há medidas que foram adotadas quase expontaneamente. Um fato pitoresco, por exemplo, ocorrido logo depois da posse de Alcídio Mafra de Souza, provocou frutos diversos no futuro imediato: uma menina de nove anos de idade – Vilma Santos – que acreditava que o Museu Nacional de Belas Artes fosse a residência de um Ministro, superou sua inibição e ali entrou, em busca "do homem da Primeira Missa".

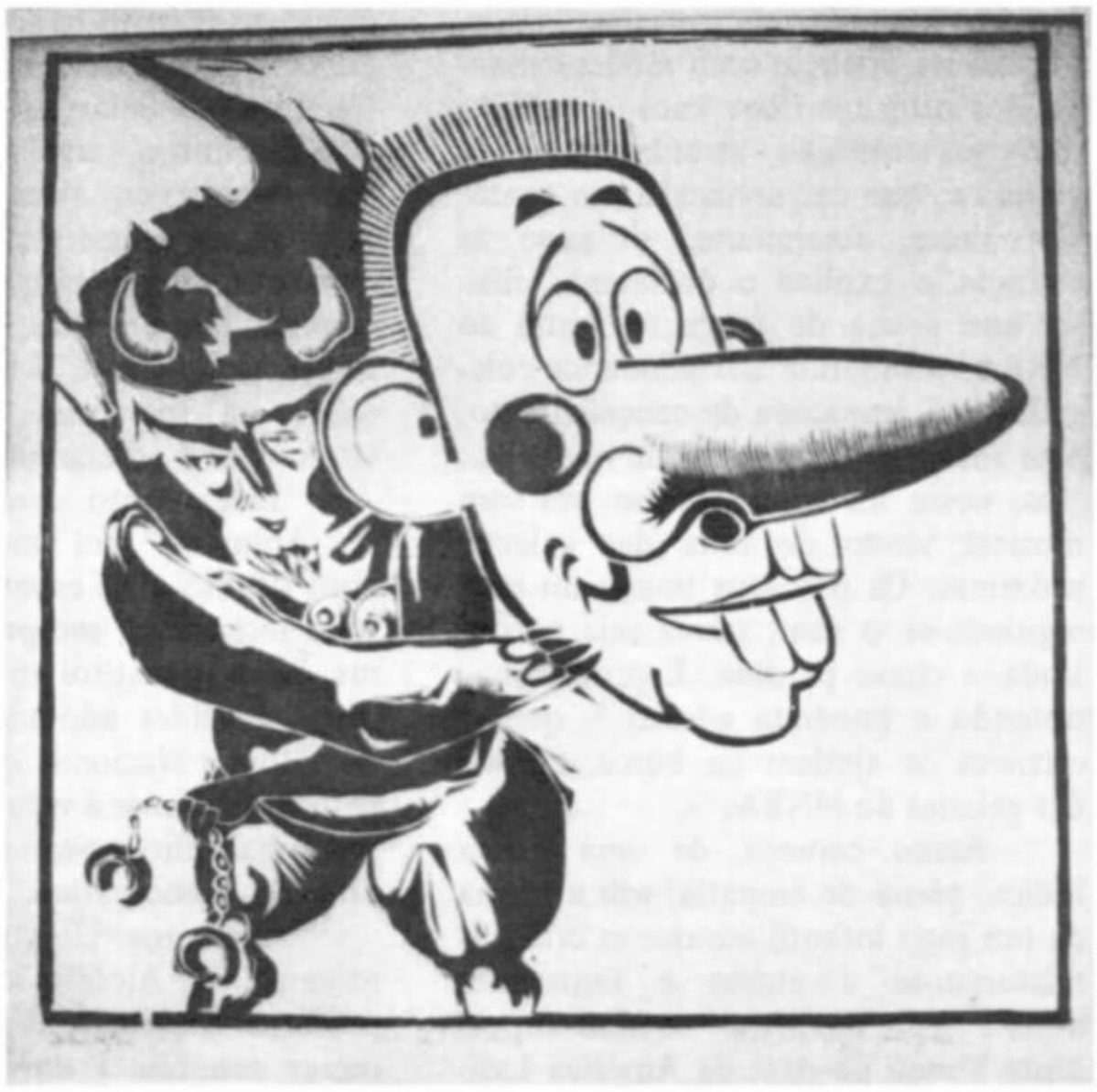
Perdida nas galerias do Museu, a menina, sem encontrar o que queria (em verdade, o quadro de Vítor Meireles "A Primeira Missa", que conhecia através de reproduções nos livros e cadernos escolares), ela começou a desenhar algumas obras, mas insatisfeita, jogava os papéis no chão. Interpelada por um dos guardas, disse-lhe: "Quero ver o Vítor, o homem da Primeira Missa". Nesse momento, o Diretor do MNBA passava próximo e o guarda lhe disse: "Essa menina é maluca, doutor. Diz que quer ver o Vítor e está aí emporcalhando o Museu".

Alcídio Mafra de Souza completa a narração do episódio: "Falei com ela, compreendi o que de fato ela queria e levei-a para conhecer as galerias do Museu e as obras de Vítor Meireles. Esse fato deu origem a uma exposição de desenhos infantis, paralelamente à exposição que realizamos em comemoração ao sesquicentenário de nascimento de Vítor Meireles, desenhos estes que consistiam da recriação da obra de Vítor Meireles sob a ótica da criança. A exposição, por sinal, denominou-se "Vilma viu o Vítor". A outra conseqüência foi que decidimos substituir os guardas de segurança do Museu por guias adolescentes, recrutados e selecionados junto à Fundação Estadual de Educação do Menor e à FUNABEM e treinados durante quatro meses para aquelas tarefas. Já admitimos os primeiros quatorze e no início do próximo ano admitiremos novo grupo.

EXTRA-MUROS

Se, contudo, o Museu Nacional de Belas Artes perde o caráter elitista e abre suas portas para todo o tipo de público, criando eventos para multiplicar o número de visitantes, um problema diferente se constituía em um desafio à imaginação: localizado no Rio de Janeiro e, portanto, acessível tão somente aos cariocas e turistas, não faltou quem pretendesse criticá-lo pela atuação apenas a nível regional. O desafio foi vencido om o Projeto "Museu Extra-Muros": peças do Museu de facil transporte, agrupadas em exposições adequadas, percorrerão todo o país em mostras itinerantes. E a primeira exposição já começou em julho e durará um ano: um amplo panorama da produção de gravura em metal, do Século XV ao Século XIX, apresentando obras de Rembrandt, Goya, Turner, Picasso, entre outros, está sendo mostrado em diferentes cidades brasileiras: Itajaí (SC), Vitória (ES), Belém (PA) e São Luís (MA) já a viram. A próxima etapa é Fortaleza (CE).

Assim, o novo Museu Nacional de Belas Artes, prometido por seu Diretor, já não é mais apenas uma promessa, mas uma realidade. Alcídio Mafra de Souza, entretanto, lamenta o espaço exíguo do Museu, que, caso dispusesse de mais áreas no prédio onde está instalado, poderia ampliar o número de exposições, cursos e eventos, mostrando ao público, inclusive, preciosidades que estão guardadas nos depósitos por falta de local para exposição, como por exemplo, a coleção de Arte Negra que o MNBA possui.



Xilogravura de Roberto Magalhães, 1963. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes.

Rômulo Andrade

Setembro/Outubro 1982

SPHAN 20
próMemória

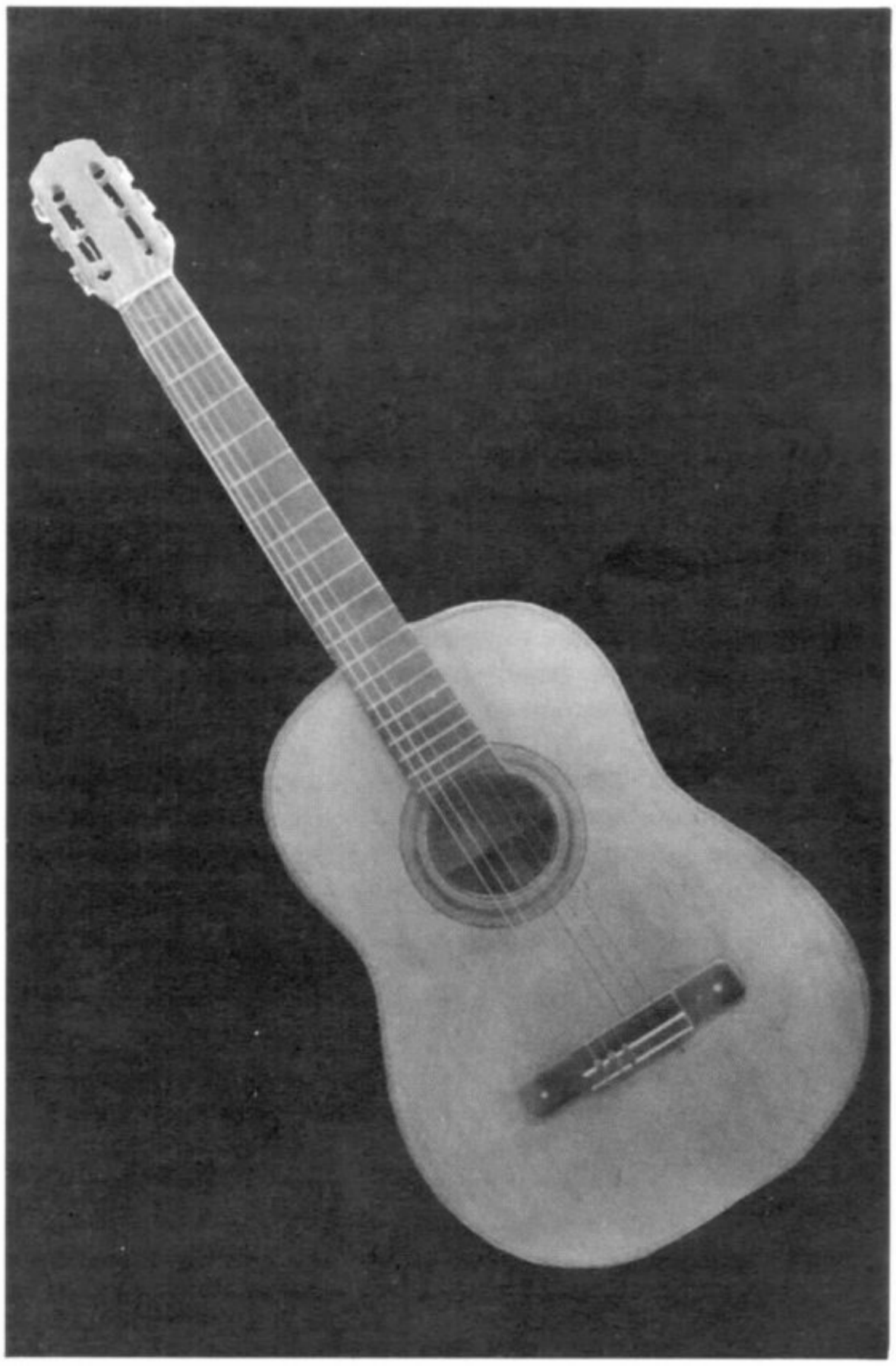
Um museu mantém viva a memória de Villa-Lobos

Cultuar a memória de Heitor Villa-Lobos, mediante a realização de empreendimentos destinados à divulgação e ao estudo de sua obra e de fatos de sua vida. Este foi o objetivo que norteou a criação, em 1960, do Museu Villa-Lobos, no Rio de Janeiro, por iniciativa do então Ministro Clóvis Salgado, durante o Governo Juscelino Kubitschek. Com o passar do tempo, o termo *cultuar* foi substituído pelo, mais adequado, *preservar*, "pois, hoje em dia, sabemos que não se cultua, mas se preserva a memória", como explica a museóloga do Villa-Lobos, Eli Gonçalves.

Passados 21 anos de sua existência – criado em 1960, o Museu somente foi organizado efetivamente no ano seguinte – a finalidade do Villa-Lobos continua a mesma – preservar a memória de Villa-Lobos, divulgar a sua obra no Brasil e no exterior. Isto vem sendo feito através de uma série de atividades, dentre as quais se destaca o Festival Villa-Lobos, realizado anualmente, e que envolve em sua programação palestras, exposições, concertos e, ponto alto do evento, um concurso internacional dedicado à obra do compositor, aberto a candidatos do mundo inteiro (SPHAN nº 19, pág. 24).

A participação nesse concurso varia de acordo com o instrumento, com o tema a ser abordado. "O Museu promoveu tempos atrás um concurso de violão, e o número de inscritos foi de tal ordem que nos vimos obrigados a realizar uma seleção prévia, reduzindo o número de candidatos para 40", conta a museóloga. Para o concurso de regência, somente do Japão inscreveram-se cinco concorrentes, e no recém-realizado concurso de violoncelo cerca de oito estrangeiros se fizeram presentes. Durante o Festival, toda a parte de concerto é gravada ao vivo para a produção de discos.

Além do tradicional Festival, o Museu promove, ao longo do ano, conferências, concertos, publicações e reedições de livros acerca de Villa-Lobos e sua obra e um concurso de



Arquivo MVL

O violão em exposição no Museu Villa-Lobos, do fabricante Joseph Bellido, foi ofertado ao compositor pela senhora Tomás Teran, na década de 30.

cartazes especialmente para selecionar aquele que servirá para a divulgação do Festival. A participação no certame estava restrita a desenhistas, mas este ano a direção do Museu resolveu estendê-lo para o público em geral, o que possibilitou uma maior opção de escolha. Ano que vem, o concurso será aberto apenas para crianças até 10 anos, como forma de incentivá-las a pesquisar, a conhecer a obra de Villa-Lobos.

DIFICULDADES

A direção do Museu Villa-Lobos vem desenvolvendo gestões junto à Fundação Nacional próMemória, a qual está incorporado desde outubro do ano passado, no sentido de conseguir novas instalações, já que as atuais, no nono andar do Palácio da Cultura, têm se mostrado inadequadas para as atividades do Museu. Já há, inclusive, um prédio em vista, de propriedade do INPS, localizado à Rua Sorocaba 200. O edifício encontra-se ocupado, o que vai exigir um tempo maior para que as negociações cheguem a bom termo.

"Nós pecamos por uma instalação deficiente, por estarmos localizados num prédio administrativo – e, mais grave, no nono andar – tombado pelo Patrimônio Histórico, o que

nos impede de promover adaptações no espaço, que é bastante reduzido para abrigar as divisões do Museu", diz Eli Gonçalves, para quem a pró-Memória vem demonstrando "uma boa vontade enorme" para que o Museu seja transferido para um local mais adequado.

Além do espaço reduzido, há um outro agravante ao desempenho do Museu: o Palácio da Cultura, por abrigar repartições do MEC no Rio, permanece fechado nos fins de semana, o que impede uma maior visitação pública. "Quer dizer, o Museu funciona no horário em que as pessoas estão trabalhando, as crianças estão nas escolas".

Apesar dessas dificuldades, o Museu é bastante freqüentado, principalmente por pesquisadores, musicólogos, gente ligada à área musical e turistas. O acervo do Villa-Lobos é significativo: partituras originais em papel vegetal e em papel comum, entre as quais as *Bachianas Brasileiras, Choros, Quartetos de Corda, Duos, Concertos para piano e orquestra, Gaita e orquestra*, e outros; coleções de obras publicadas no Brasil e no exterior, tais como *Serestas, Choros, Cirandas, Sonatas, Canções Típicas Brasileiras, Prole do Bebê* e muitas outras, que se encontram à disposição do público; matrizes de cópias de materiais de orquestra das *Bachianas Brasileiras, Choros, Quartetos, Concertos*, etc; discos gravados no Brasil e no exterior, dentre os quais os de gravação própria, 284 fitas magnéticas gravadas pela Rádio Ministério da Educação bem como em Londres, Montreal, Paris e Nova Iorque. Além das obras musicais, constam do acervo objetos de uso pessoal de Villa-Lobos, condecorações, fotografias, cartões e cartelas de prata, batutas, violão e piano do maestro.

Mesmo não constando do circuito turístico-cultural do Rio, o Museu Villa-Lobos é freqüentado constantemente por estrangeiros, principalmente norte-americanos, argentinos, japoneses, franceses e alemães. A presença de pesquisadores vindos do exterior é significativa, segundo pode ser constatado nos livros de visitação.

"No exterior – diz Eli Gonçalves – Villa-Lobos é considerado um gênio musical, um dos maiores compositores do século XX, um inovador. Quando a música dele *estourou* na Europa, estavam *estourando* por lá todos os processos artísticos daqueles mundos considerados exóticos – Picasso estava descobrindo a pintura africana, Debussy estava descobrindo a música oriental, Gaugin estava descobrindo o Taiti. Esse exotismo penetrou profundamente no europeu, que estava, inclusive, arrasado com a Primeira Guerra Mundial que derrubou os seus próprios valores. A música de Villa-Lobos chegou na Europa no momento certo, na hora certa".

Já no Brasil, Villa-Lobos continua desconhecido do grande público, no entender da museóloga. "Aqui, nós temos todo um problema cultural, de falta de educação básica, de falta de divulgação, que leva a esse desconhecimento".

Para a museóloga, a base para uma maior divulgação da obra de Villa-Lobos está plantada pelo Museu, "incrementada pela linha que a Diretora Arminda Villa-Lobos (viúva do maestro) deu à casa, que é uma linha de projeção, de manter a coisa viva".

PERSPECTIVAS

As atividades do Museu Villa-Lobos tendem a ganhar novo impulso com a sua incorporação à Fundação Nacional próMemória, "pois, para nós, a próMemória representa a *tábua de salvação* não só para o Villa-Lobos, como também para os museus brasileiros e para o próprio Patrimônio cultural do país". Como exemplo prático, a museóloga cita a criação do Programa Nacional de Museus, que possui dentre seus objetivos a fixação de uma filosofia de trabalho comum sobre o papel e a função do museu dentro da comunidade onde ele atua.

Com a incorporação à próMemória, a direção do Museu Villa-Lobos espera ver resolvido o problema da falta de recursos humanos que afeta o órgão. O Museu está necessitando de profissionais nas áreas de museologia, de arquivo, de biblioteconomia. "É necessário que haja uma interdisciplinaridade, uma interligação de especializações para que o Museu realmente desempenhe a sua função. Nós não temos isso aqui; esse é um dos grandes problemas não só do Villa-Lobos, mas, creio, dos museus brasileiros".



Rômulo Andrade

O piano Gaveau *foi doado ao Museu Villa-Lobos pela esposa do maestro, Arminda Villa-Lobos, quando da morte do autor das* Bachianas Brasileiras.

SPHAN 20
próMemória

Heitor Villa-Lobos, a brasilidade



Rômulo Andrade

Compositor brasileiro, Heitor Villa-Lobos nasceu no Rio de Janeiro a 5 de março de 1887 e morreu na mesma cidade a 17 de novembro de 1959. O sobrenome, parece certo, é do espanhol Villalobos; a forma com hífen revela um esforço de aportuguesamento, razão que justifica também a grafia Vila-Lobos. Muito cedo o próprio pai iniciou-o nos estudos de solfejo e teoria musical, bem como na prática do clarinete e do violoncelo. Aos 13 anos de idade já se tornara assíduo freqüentador de serenatas, integrando os mais famosos conjuntos seresteiros da época. Nessa precoce experiência boêmia, adquiriu conhecimento do violão, que chegou a tocar como virtuose. Para esse instrumento escreveu mais tarde vários *études*, prelúdios e um concerto, dedicados a Segóvia. Além das serenatas e dos *choros*, Villa-Lobos ampliou seu contato com a música popular ao conhecer Ernesto Nazareth, de cujas obras foi o primeiro a vislumbrar a importância.

Em 1905, com o dinheiro que lhe rendeu a venda de livros raros, herdados do pai, Villa-Lobos percorreu vários Estados do Norte, até Pernambuco, em íntima convivência com a música do povo. De volta ao Rio de Janeiro, pensou em sistematizar sua formação musical. Mas logo se indispôs com a rotina acadêmica do Instituto

Nacional de Música e de novo parte em peregrinação pelo interior brasileiro. Sempre com a finalidade de assimilar as manifestações do folclore musical, percorre as regiões Sul e Centro-Oeste, fechando a rota com uma permanência na Amazônia.

Fixado em sua cidade natal, por volta de 1913, Villa-Lobos encontra-se em intensa atividade criadora, abordando os mais diversos gêneros. Já iniciara a produtividade espantosa, que elevaria para cerca de mil o número de suas composições. Em várias obras desse período é marcante a influência de Debussy. Mas enquanto a *Suíte Floral para Piano* (1914) e o *Canto do Cisne Negro para Piano e Violoncelo* (1917) aparecem numa atmosfera nitidamente impressionista, as *Danças Africanas* (1914) fazem um cunho de viva originalidade, trabalhadas sobre autêntico material afro-brasileiro e ameríndio.

Ainda transparecendo influência estrangeira e, ao mesmo tempo, já se expressando numa linguagem própria, Villa-Lobos começa a se impor no cenário cultural do Brasil. Em 1922 toma parte destacada na Semana de Arte Moderna em São Paulo. O reconhecimento oficial também se manifestou, através da encomenda de trabalhos sinfônicos. No ano seguinte, o merecimento de alguns amigos o leva até Paris, onde promove uma primeira apresentação de suas obras, "sob vaia impenitente do começo ao fim". Finalmente, a 24 de outubro e 5 de dezembro de 1927, na Sala Gaveau, obtém o sucesso desejado. Dos programas constaram os *Choros* nºs 2, 3, 4, 8, 10, o *Rudepoema* e a suíte *Prole do Bebê*, as *Serestas* e os *Três Poemas Indígenas* (canto e orquestra), além de *Na Bahia Tem* (coro e *cappella*), *Cantiga de Roda* (coro e orquestra) e o *Noneto*.

No momento em que surge ante a cultura do velho mundo, Villa-Lobos tem definidos os elementos básicos de sua arte. Em primeiro lugar, o folclore, mas essa substância primitiva de que se impregnara desde cedo, não a utiliza de maneira direta. Filtra esse material, torna-o depurado pela ação vigorosa de sua personalidade. Depois, a sensibilidade aos idiomas musicais estrangeiros, que é notada não somente em relação a Debussy. Nesse primeiro triunfo parisiense deixou bem à mostra o conhecimento da linguagem strawinskiana. O resultado é um vasto painel rapsódico, onde as desigualdades, inevitáveis por força da produção imensa, são compensadas pela predominância de obras de alto valor. Entre estas, várias possuem significação universal. E em todas, como constante inarredável, uma marca viva e forte de legítima brasilidade.

Essa marca de autêntico nacionalismo, colocada de maneira a atingir uma grandeza universal, Villa-Lobos apresenta em seu primeiro triunfo em Paris. Sobretudo através do *Noneto* (1923), para instrumento e coro, intitulado *Impressões rápidas de todo o Brasil*, e que é como o próprio programa folclorista do mestre. É o programa cujo ponto máximo são os *Choros*. E aos cinco que apresentou na Sala Gaveau, mais tarde vão se juntar outros, num total de 14 (complementando com uma introdução para orquestra e com o *Choro-Bis* para violoncelo, escritos, respectivamente, em 1929 e 1928). Todo o processo criador de Villa-Lobos se sintetiza nesses *Choros*. Os mais famosos são o 5º, para piano solo, e o 10º, para orquestra e coro, que inclui o *Rasga Coração*, tema popular.

A suíte *Prole do Bebê*, para piano (1918-1926), logo levou o nome de Villa-Lobos a figurar nos programas dos grandes pianistas, entre eles Arthur Rubinstein que, aliás, tomou parte naqueles concertos na Sala Gaveau. Ao célebre virtuose está dedicado o *Rudepoema* (1926), obra-prima mais tarde orquestrada pelo autor. Também são obras-primas as *Cirandas* (1926) e os números do *Ciclo Brasileiro* (1935), reveladores de uma escritura pianística poderosamente original. O mesmo ocorre nas obras com orquestra, inclusive os concertos, entre os quais o 5º é o mais executado. As mais importantes realizações pianísticas de Villa-Lobos são datadas de sua primeira fase, lembrando, de algum modo, o caso de Schumann. A própria suíte *Prole do Bebê* já foi elogiosamente comparada às *Kinderscenem* do mestre alemão.

Em 1930, apesar de já famoso em toda a Europa, com obras apresentadas por grandes regentes, Villa-Lobos decidiu voltar para o Brasil. Começou, então, a fase de viva preocupação com o desenvolvimento artístico do país. Em São Paulo, obtém apoio governamental para a realização de caravanas musicais pelo interior do Estado. Depois, no Rio de Janeiro promove gigantescas concentrações orfeônicas em estádio esportivo. No seu afã pedagógico, o mestre tinha escolhido o canto oral como meio de formar musicalmente a mocidade. Para essa finalidade, compõe o guia prático (1932) "monumental antologia folclórica", que também publica em versão para piano. O esforço educacional de Villa-Lobos vai culminar quando consegue a oficialização do ensino de música nas escolas.

Ao mesmo tempo em que "ensinava o Brasil a cantar", Villa-Lobos prosseguia sua atividade como compositor. Agora, dá início ao *corpus* das nove *Bachianas* brasileiras, cuja origem remonta àquelas peregrinações pelo interior do país, quando constatou a semelhança de modulações e contracantos do nosso folclore musical com a música de Bach. Misturando esse material primitivo com formas préclássicas, o resultado é uma síntese absolutamente original, onde a técnica e o espírito do cantor de Leipzig aparecem envolvidos em cadências brasileiríssimas. Ao vincular o Brasil a Bach, Villa-Lobos caracterizou-se como um dos maiores músicos do nosso tempo. No mundo inteiro as *Bachianas* são as mais conhecidas de suas obras. Principalmente tornou-se popular a 5ª, para a voz de soprano e conjunto de violoncelos (1938), mas também são de alta categoria a 1ª, a 2ª, a 4ª e outras das *Bachianas*.

Bachianas e *Choros* são obras *sui generis*, sem qualquer esquema formal; mas constituem a espinha dorsal da produção de Villa-Lobos. Nem por isso, as que se podem enquadrar no âmbito da 'forma' são menos importantes. Assim as 12 sinfonias, destacando-se a 6ª, escrita sobre a linha cartográfica das montanhas do Brasil (1944), e a 10ª, em coro, denominada *Sumé Pater Patrium* (*Sumé, Pai dos Pais, 1952*). Assim também os 17 quartetos para cordas, os concer-

tos para piano e orquestra, os concertos para violoncelo e orquestra (como o violão, Villa-Lobos manejou virtuosamente o violoncelo), os trios, os quintetos. E ainda as óperas – como *Malazarte* (1921), bailados – como *Uirapuru* (1917), suítes – como o impressionante *Descobrimento do Brasil*, composta para acompanhar um filme. Enfim, uma "floresta tropical de obras", onde o emaranhado da construção não impede a visão do gênio.

Desde o retorno da Europa, a genialidade de Villa-Lobos foi se incorporando ao patrimônio artístico-cultural do Brasil. As resistências contra sua obra terminaram afogadas na onda de louvores e honrarias. Suas obras passaram a ter lugar nos catálogos internacionais de discos, com destaque especial para as *Serestas* – datadas de 1925, essas peças vocais têm como textos versos de poetas brasileiros, inclusive de Manuel Bandeira. Apesar de a linha melódica guardar reminiscências da ópera italiana, os lieder de Villa-Lobos possuem estrutura tipicamente folclórica. A produção de Villa-Lobos continuou fluindo dessa dupla vertente: influência estrangeira e folclore nacional, característico de nossa terra.

Por iniciativa de Heitor Villa-Lobos foi fundada no Rio de Janeiro em 1944 a Academia Brasileira de Música. Integravam-na 50 membros efetivos e perpétuos (40 compositores e 10 musicólogos), 20 membros correspondentes (estrangeiros ou brasileiros residentes no exterior), 20 membros intérpretes (regentes, cantores, instrumentistas, brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados).

A escola nacionalista de composição, cujo desenvolvimento, depois da fase precursora, se opera em poucos decênios e logo tende a desaparecer, é a mais importante da música brasileira, porque tem em Villa-Lobos um expoente de projeção universal. Foi Villa-Lobos o primeiro grande artista brasileiro a assumir significação verdadeiramente nacional: criou, em sua obra imensa, um novo tipo humano. As crianças saltam de dentro da música de Villa-Lobos tocada pela aspereza selvagem do meio, no *Ciclo das Cirandas* para piano; e salta também o negro, no *Bazzum*, nas Danças características africanas; e brotam os lânguidos cantares do tempo do Império, em *Modinha;* e os chorões contrapontam seus instrumentos, mas, atônitos, se vêem transpostos para a imponente invergadura dos choros sinfônicos; e o próprio Bach, convidado para assistir essas fermentações musicais do povo, reaparece na série das *Bachianas*, e o homem novo do Brasil, em busca de plasmar o seu destino, leva seu canto em Alma brasileira (*Choro* nº 5, para piano).

Embora a música de Villa-Lobos exprima ainda um fenômeno de aculturação, é ele quem primeiro liberta a música brasileira do modelo europeu. Às influências de Debussy, Wagner, Puccini e Strawinski, que mais ou menos marcam o compositor, ele superpõe às do meio ambiente: a da natureza e a do homem brasileiros. Vive profundamente em função do ouvido, afirmando ser a música uma experiência intuitiva, para a qual o compositor deve confiar inteiramente no ouvido, sem o que não poderá atingir uma função realmente criadora. É essa a lição daquele que reafirma: "Componho por imperativo biológico". Não poderia deixar de fazê-lo. Villa-Lobos realiza sua arte como uma imposição do ambiente e de uma nacionalidade que se ergue e encontra em sua música.

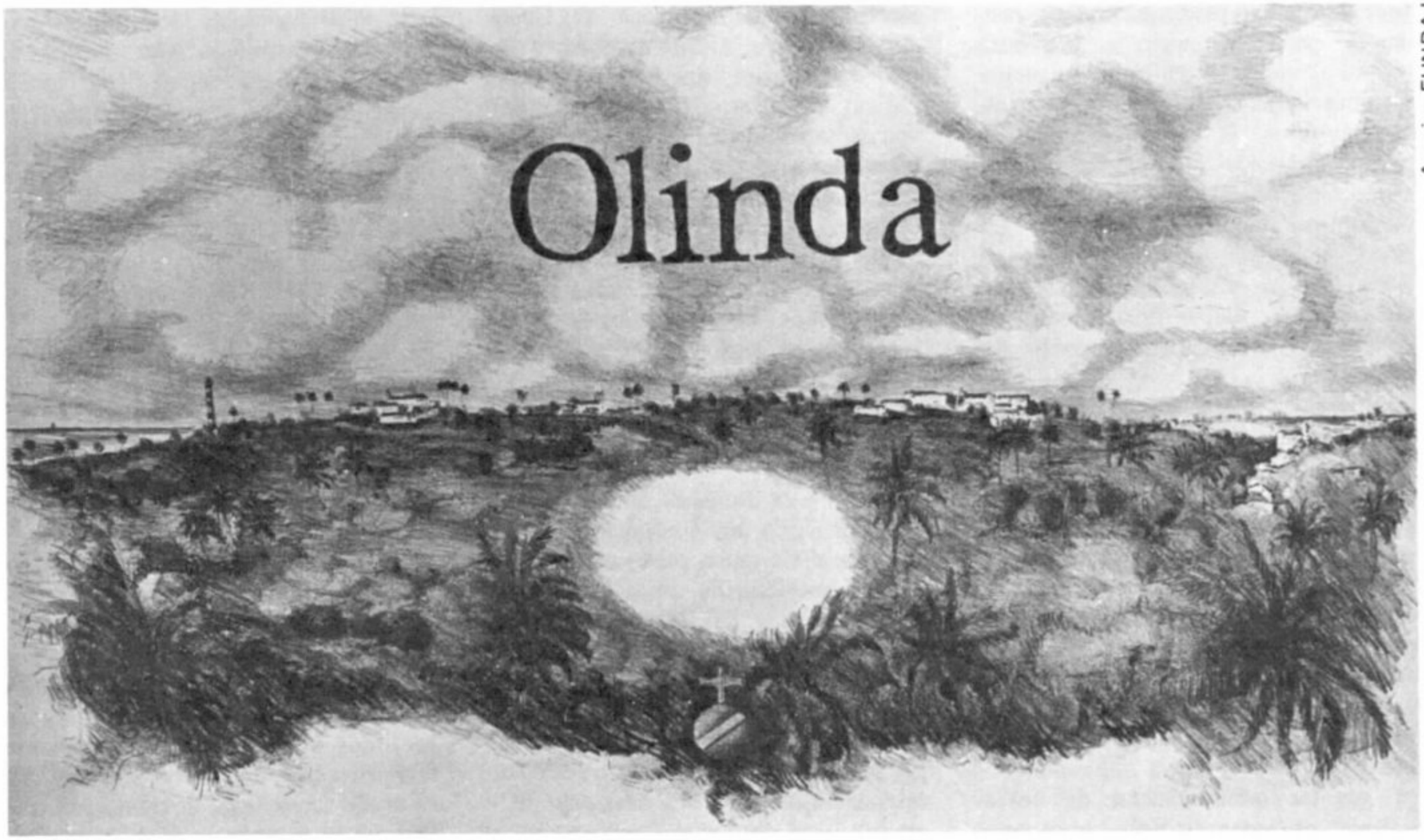
Villa-Lobos surge na Semana da Arte Moderna em 1922 como o representante das novas tendências musicais: adoção das técnicas de vanguarda importadas da Europa e valorização do tema brasileiro. Mas não precisou esperar pelos manifestos estéticos para que sua música brotasse e crescesse. Incapaz de seguir receitas, nunca se curvou ante a vantagem ou a necessidade estética de compor música brasileira. Fê-lo sempre por impulso congênito. Conhece o índio, o negro, o mestiço, assim como já fazia na sensibilidade os cantos da Península Ibérica, aperfeiçoando as linhas melódicas das cirandas infantis, ou das serestas que, trovador das ruas, exercitava ao violão, na sua larga fase de boêmia carioca, que também se liga à sua atividade de violoncelista de pequenas orquestras de restaurantes ou cinemas.

Mas na Bahia, segundo se crê, ouve pela primeira vez música de Debussy. Não a repele. Não repele nenhuma grande voz da música ou da natureza. Absorve tudo, na gestão do estilo próprio. Por isso identificam-se no catálogo de sua obra, composições da juventude, como as sonatas-fantasias nºs 1 e 2 para violino (1912 e 1915), onde há indícios de afinidade com a música francesa. E há influências debussyanas diretas, como na suíte *Floral* para piano. Mas na mesma época em que escreve essa música parecida com a de Debussy, surgem as Danças características africanas para piano (1915), que são Villa-Lobos puro, exprimindo através da polirritmia uma síntese da música negra com a música dos índios Caripunas de Mato Grosso.

O contato íntimo que estabelece com a música folclórica, ao colhê-la na fonte, impregna-lhe a obra inteira de profunda brasilidade, prodigiosamente diversificada. À extrema vivência, na absorção complexa de materiais que vão desde o canto urbano carioca ao indígena do Alto Purus, corresponde uma produção inesgotável, a mostrar que Villa-Lobos se alimenta de todas as vozes folclóricas brasileiras, das cidades e das selvas, mas também do espetáculo dos rios, das matas e das montanhas, da realidade do homem e da paisagem, e faz desbordar a imaginação criadora.

Seu catálogo de obras é mais vasto, talvez, do que o de qualquer mestre contemporâneo, a ponto de um estudioso da música haver afirmado que só o próprio compositor conhecia Villa-Lobos inteiro.

A consciência de ser um agente, uma explosão de brasilidade, tinha que naturalmente moldar-lhe a personalidade. Daí as atitudes tão típicas que lhe compunham a fisionomia barroca. "O folclore sou eu", proclamava Villa-Lobos. E esse dito, que na época surpreendeu muita gente, correspondia a uma verdade transcendente, porque Villa-Lobos resume, transcende as vozes folclóricas.



Arquivo FUNDAJ

Litogravura de Aloísio Magalhães

Em reunião a ser realizada em dezembro, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO deverá homologar o pedido brasileiro no sentido de incluir a cidade pernambucana de Olinda na lista dos monumentos considerados Patrimônios Culturais da Humanidade. É praticamente certo que a solicitação do Brasil seja deferida, visto que o Bureau do Comitê da UNESCO, reunido em Paris, em junho último, após analisar o dossiê enviado pela Secretaria da Cultura do MEC, recomendou aos países-membros do organismo a inclusão da cidade na relação dos Bens Culturais da Humanidade (SPHAN nº 18, pág. 15). Caso seja elevada à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade, Olinda vai se juntar a Ouro Preto, que recebeu o título em 1980 (SPHAN nº 8, pág. 1 e nº 11, pág. 21).

Na matéria a seguir, Olinda é vista sob vários ângulos, diversos aspectos, com olhos e perspectivas diferentes: do sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre, ao Diretor da 4ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, Ayrton da Costa Carvalho, passando pelo Diretor da Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda, arquiteto Antenor Vieira de Melo, pelo Prefeito Municipal, Germano Coelho, até a comunidade olindense, representada pelo artista plástico popular Francisco Euclides Amâncio, o "Bajado – Um artista de Olinda", como ele assina seus quadros.

"Verdadeira ou não, a história do donatário português ou a do seu criado galego, gritando *Oh! Linda!*, a situação da cidade fundada por Duarte Coelho é realmente linda. É uma cidade de montes. Mas nenhum tão alto que seja uma penitência subir devagar, num fim tranquilo de tarde pernambucana. Quem subir pela primeira vez uma rua velha de Olinda que se lembre de tão grande esquisitão dos tempos coloniais; que se lembre também dos desesperados da Justiça do Século que outrora subiram estas mesmas ruas para se queixar ao bispo; que se lembre dos outros homens que há quatro séculos sobem estas ladeiras".

Assim concebeu Olinda Gilberto Freyre em seu *2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*. O rio, as janelas dos sobrados, as igrejas, os mosteiros e conventos, as casas velhas, suas bicas, paços, altos, são analisados de maneira amorosa e, antes de tudo, saudosa, pelo sociólogo-antropólogo que dedicou profundos estudos sobre a histórica Olinda.

Com um terço de sua área territorial tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o maior acervo de bens culturais referentes ao século XVI, o desenvolvimento de Olinda passa pela restauração de seu passado, de seus monumentos, de suas tradições. Até 1676, Olinda só possuía um título – *mui nobre e sempre leal, Villa d'Olinda*. Em 1980, foi elevada à Cidade Monumento Nacional. Em 1982, recebeu novo título: cidade ecológica, segunda do país, precedida por Embu, em São Paulo. Agora, vai receber o seu quarto diploma – Patrimônio Cultural da Humanidade. Vale ressaltar o esforço conjunto dos órgãos federais, estaduais e munici-

pais para a conquista da honraria, que sem dúvida vai despertar no exterior uma maior curiosidade pela cidade.

"Sob o ponto de vista do conceito universal – diz o Diretor Regional da SPHAN/próMemória, Ayrton da Costa Carvalho – é uma deferência essa transformação de Olinda em Patrimônio Cultural da Humanidade. Nós, pernambucanos, só podemos ficar orgulhosos com esse novo título".

"Olinda possui monumentos preciosos dentro de um ambiente privilegiado", acrescenta, ressaltando esperar que "a comunidade olindense se compenetre da valia da paisagem local, procurando, cada vez mais, preservar os monumentos nela inseridos". Segundo Ayrton Carvalho, Olinda tem monumentos muito importantes na história do país, como o de Nossa Senhora das Neves, São Bento, Santa Tereza. "Houve um esforço conjunto no sentido de elevar Olinda a Patrimônio da Humanidade. É possível que com esse novo batismo a comunidade conscientize-se que é necessário conservar o patrimônio cultural de Olinda".

A área de atuação da 4ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória não se restringe ao Estado de Pernambuco. No momento, grandes obras estão sendo executadas em colaboração com o Governo do Estado da Paraíba, como a restauração do Convento de São Francisco, em João Pessoa, uma construção faraônica do século XVIII, exemplar de arte barroca e possivelmente o maior da América do Sul; em Alagoas – Igreja de Nossa Senhora da Apresentação (Porto Calvo), Convento Franciscano (Marechal Deodoro), o Paço Imperial e a Casa do Barão de Penedo (Penedo). Em Pernambuco, vale destacar: a Igreja do Espírito Santo (antigo colégio jesuíta do Recife), a Igreja Matriz de Santo Antônio e outras obras que estão sendo realizadas em conjunto com órgãos estaduais e do Município de Olinda.

OTIMISMO

O Prefeito de Olinda, Germano Coelho, está otimista com a transformação da cidade em Patrimônio Cultural da Humanidade. Para ele o título vai assegurar a implantação de uma rede hoteleira de categoria como infraestrutura para o turismo, fonte de arrecadação de ISS e de geração de empregos, e de pousadas e hotéis de menor porte para o grande público, "que deseja viver e amar Olinda".



O casario de Olinda. Litogravura de Aloísio Magalhães

Arquivo FUNDAJ

Em Olinda, funciona o único hotel de cinco estrelas da Região Metropolitana do Recife, e está sendo projetado na foz do rio Doce, à beira mar, uma segunda unidade desse porte, informa o Prefeito. "Esses pré-requisitos tendem a transformar Olinda num centro universitário como se concebeu no passado, após a independência, quando, em 1827, foram implantadas as duas faculdades do país – uma em São Paulo e outra em Olinda, no Mosteiro de São Bento".

"Ao mesmo tempo – prossegue – com a Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda, vai se criando uma linha de especialização e de trabalho de restauração, que se concretiza neste instante através de diversas obras de preservação em marcha, como as da Igreja de São Sebastião, Palácio dos Governantes (sede da Prefeitura Municipal, entre outros. Esta linha de ação se materializa, so-



Arquivo FUNDAJ

Igreja de Nossa Senhora das Neves, no Convento de São Francisco. Litogravura de Aloísio Magalhães

bretudo, no primeiro laboratório de restauração de bens móveis e imóveis que está sendo implantado na cidade".

Em 1979, a Prefeitura Municipal instituiu o Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda, que tem por objetivo gerenciar as ações de valorização, revitalização e dinamização física, econômica e cultural das áreas históricas do Município; criou o Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda, sob forma de Fundação, com a finalidade de implementar, como órgão técnico do Conselho, as propostas e medidas técnicas e operacionais relacionadas com as diretrizes políticas de preservação e valorização dos bens culturais de Olinda; determinou o tombamento de bens móveis e imóveis de valor ambiental e cultural, a fim de salvaguardá-los, com toda a riqueza de sua autenticidade, como documento vivo e dinâmico da comunidade olindense; criou o Fundo de Preservação de Bens Culturais, com o objetivo de viabilizar economicamente estas medidas que, ora institucionalizadas, fortalecerão a vocação da cidade de Olinda como Pólo Metropolitano de Cultura, Lazer e Turismo.

PRESERVAÇÃO

À frente do Centro desde a sua criação em 1979, o arquiteto Antenor Vieira de Melo acredita que o título a ser outorgado a Olinda pela UNESCO representa "uma apólice de seguro para a cidade".



Arquivo FUNDAJ

As ladeiras de Olinda. Litogravura de Aloísio Magalhães.

"Como Ouro Preto, Olinda passa a ser inserida num rol de prioridades", diz o arquiteto. "Embora seja uma coisa emblemática – pois a UNESCO, como todos sabem, não entra com dinheiro e sim com o agenciamento – virá apoio especializado, consultoria para cada área", completa.

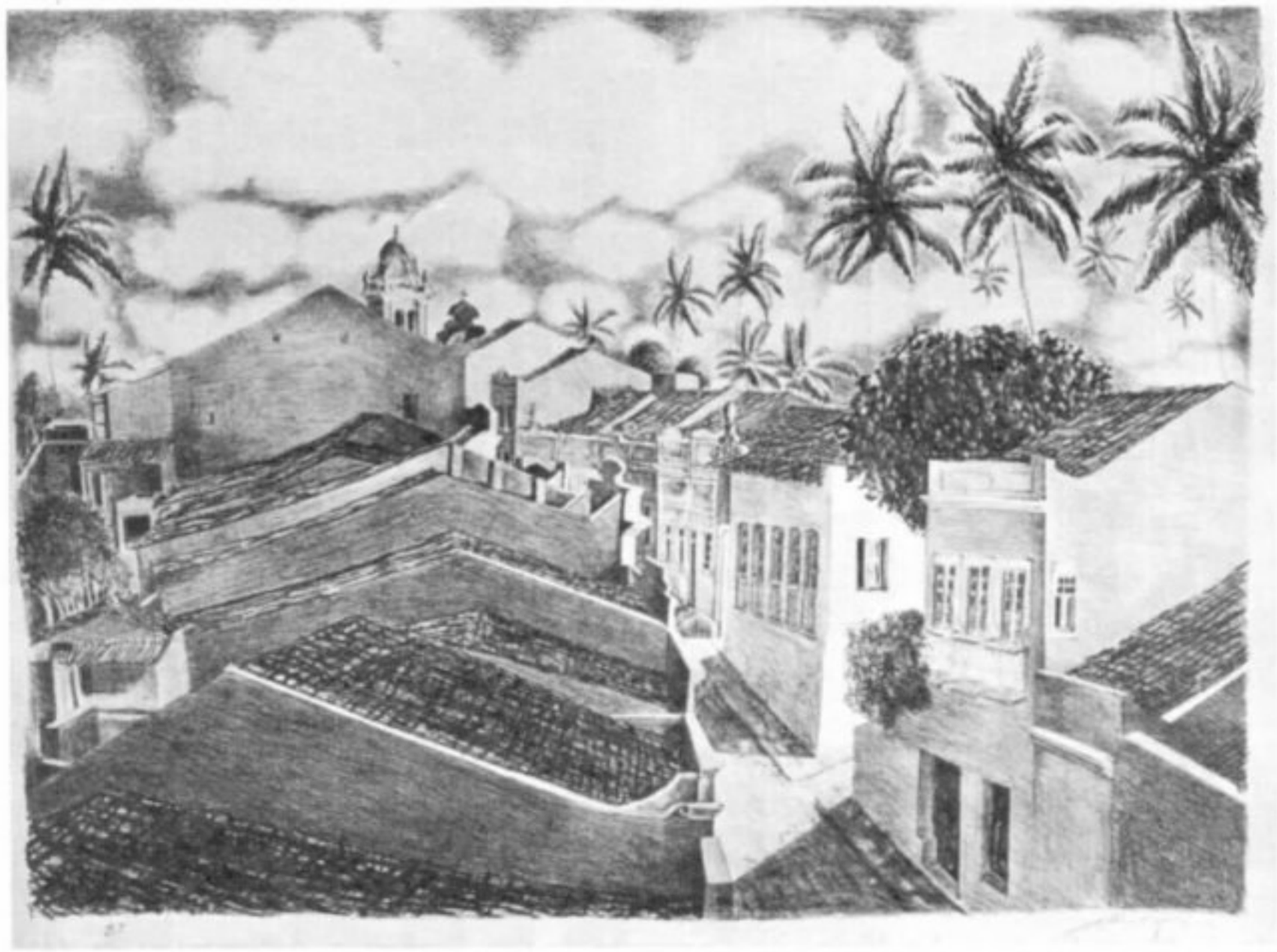
No seu entender, "o título só vai surgir realmente quando os Governos municipal, estadual e federal se conscientizarem da situação em que se encontra Olinda, de seus problemas de preservação. O fato já está aí, com a transformação de Olinda em Patrimônio Nacional". Para ele, precisa haver uma maior interação entre os organismos responsáveis pela preservação do acervo da cidade e a comunidade olindense. "Existe muita expectativa em torno do título; vamos deixar acontecer. Menos discursos e mais consciência de preservação", arremata.

Atualmente, a área de atuação da Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda é de 10,2 km^2; várias obras de restauração estão sendo realizadas sob o controle dessa instituição – além dos trabalhos já citados, destacam-se os que estão sendo executados na Escola Duarte Coelho, na antiga fábrica de doces Amorim Costa e Cia, onde vai funcionar o mercado popular de Olinda, na Bica dos Quatro Cantos. Estão sendo recuperadas, ainda, as casas 160 e 348 da rua de São Bento e mais 29 ruas do sítio histórico. O Centro recupera, também, o Coreto da Praça da Abolição.

OBRIGAÇÃO

A comunidade olindense, fiel às suas tradições, tem em Francisco Euclides Amâncio, o "Bajado – Um artista de Olinda", um de seus representantes. Há 52 anos morando na cidade, Bajado não hesita em afirmar que o título de Patrimônio da Humanidade é o que Olinda merece de fato e o que seus moradores desejam.

"Olinda tem de tudo, pois foi onde começou Pernambuco. Essa transformação de Olinda em Patrimônio da Cultural da Humanidade representa tudo e ainda mais para mim que sou daqui e daqui não quero sair. Convites não me faltam, mas meu amor por Olinda é maior. Espero que com mais essa honraria, as coisas por aqui mudem. É uma obrigação de Pernambuco e do mundo zelar por Olinda". E acrescenta: "vou ficar até mais conhecido; vão passar a dar mais valor à minha arte".



Arquivo FUNDAJ

Os telhados de Olinda. Litogravura de Aloísio Magalhães.

Setembro/Outubro 1982

SPHAN 20
próMemória

Evolução histórica e urbana: uma síntese

Localizada numa superfície ondulada de altiplanos, identificados por morros em tabuleiros que não ultrapassam os 60 metros de altitude, Olinda domina os baixos da planície do rio Beberibe e, mais ao longe, o porto natural protegido por arrecifes de corais. Essa configuração geomorfológica aferiu-lhe a condição de sítio ideal para Duarte Coelho implantar, em 1536, seu burgo.

Assim, a escolha da Marim dos Caetés não se deveu a simples critérios estéticos, mas também à necessidade da ocupação física da Capitania nos moldes da tradição nacional portuguesa das cidades implantadas sobre uma elevação fortificada.

Logo nos primeiros momentos da colonização, Duarte Coelho deu início às atividades agrícolas, com o cutivo da cana-de-açúcar e o fabrico de seus derivados – açúcar e álcool. Aproveitou-se da experiência das Ilhas da Madeira e Açores, no Atlântico, e das condições ecológicas ideais a essa cultura para instalar uma companhia comercial monopolista, de características mercantis.

Em 1550, Olinda contava com cinco engenhos. Esse número evoluiu para 30 em 1570, 66 em 1584 e 140 em 1630. A consolidação dessa atividade agrária, bem como dos empreendimentos econômicos a ela ligados, resultou na ampliação espacial de Olinda em direção ao porto do mar, situado na povoação do Recife, escoadouro único da produção, não apenas dos engenhos da área de influência daquela cidade, mas também daqueles povoados e vilas situados ao longo do rio Capibaribe.

Deflagrada a ocupação holandesa em Pernambuco no ano de 1630, tiveram início as transformações físicas e sócio-econômicas de Olinda. O incêndio da cidade em 1631 foi seu primeiro grande trauma. Frans Post, em suas telas e gravuras, registrou o despojamento dos monumentos e da cidade. A Guerra dos Mascates, em 1710, acarretou o desprestígio político. O ouro das Minas Gerais contribuiu para a estagnação da economia açucareira e seus reflexos fizeram-se sentir na cidade de Olinda.



Arquivo FUNDAJ

Vista de Olinda. Litogravura de Aloísio Magalhães

Na segunda metade do século XVIII, O Capitão Geral D. Tomás José de Melo transfigurou o ambiente urbano, proibindo os balcões, gelosias e muxarabis. Em 1827, determinou-se a transferência da capital para a cidade do Recife. Olinda abdicava compulsoriamente da condição de cabeça da Província. Ainda no século XIX, surgiu outra transfiguração: a lei das biqueiras eliminou os belíssimos beirais de telhas e de cornijas – a cidade foi neoclassizada.

No entanto, nesse período, ocorreram alguns fatores que revalorizaram a cidade: a instalação dos cursos jurídicos em 1827, a ligação férrea com Recife em 1847 e a generalização dos banhos de mar. Esses fatores propiciaram o afluxo dos burgueses da região, que se instalaram próximos à Cidade Alta. Surgem, nessa época, os casarões neoclássicos com grandes jardins à frente.

Em 1909, a administração municipal mandou derrubar as partes restantes do Convento Carmelita, já abandonado, e, em 1915, a Igreja de São Pedro Mártir, segunda paróquia da cidade. Por volta de 1914, a Igreja do Salvador – Sé de Olinda foi mutilada com uma reforma em estilo gótico. Em 1924, surgiu um projeto de urbanização da cidade que, caso tivesse sido executado, motivaria o desaparecimento da Igreja e do Convento de São Bento, da Igreja do Carmo e do raro exemplar de arquitetura civil do século XVII existente na Praça de São Pedro.

Além desse elenco de acontecimentos, provocado pela insensatez de administradores, um de maior gravidade apresenta-se ainda hoje sem solução – os deslizamentos dos morros, que, segundo pareceres técnicos, "reside na dissolução lenta e contínua pelas águas de infiltração que se vem processando nas camadas de calcário que aí ocorrem em profundidade, debaixo dos sedimentos argilo-arenosos da Série Barreiras, ocasionando a formação de fendas e cavidades".

Apesar de todos os agravantes de decadência e deterioração física, econômica e social de Olinda, diversos posicionamentos foram tomados por parte dos órgãos governamentais. A partir de 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, são tombados: o antigo Palácio Episcopal, a casa nº 28 da rua do Amparo (atualmente abrigando a Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda), a casa do antigo Aljube, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, o Convento e a Igreja de Nossa Senhora das Neves ou de São Francisco, a Igreja do Monte, o Convento e Igreja de Santa Tereza, a Capela de São Pedro Advíncula, o Mosteiro e Igreja de São Bento.

A participação do Governo do Estado na ação de proteção ao acervo cultural de Olinda efetivou-se em 1975, através da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), com o encaminhamento ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da proposta de extensão do polígono de tombamento (Projeto de Proteção da Paisagem do Centro Histórico de Olinda). Recentemente aprovado, esse projeto ampliou a área do sítio histórico de 1,5 km^2 para 10,2 km^2, transformando-o no maior núcleo tombado do país.

CEARÁ

CEF RECUPERA IMÓVEL EM FORTALEZA COM O APOIO DA próMemória

Com o apoio da SPHAN/próMemória, através da 3ª Diretoria Regional, a Caixa Econômica Federal está executando obras de recuperação do Palacete Ceará, prédio de sua propriedade que teve o interior totalmente destruído por incêndio ocorrido em julho passado. A decisão de restaurar o imóvel foi tomada pela direção da CEF em atendimento aos apelos da comunidade de Fortaleza, e em particular dos arquitetos do IAB, do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, do Patrimônio Histórico do Estado e da 3ª DR da SPHAN/próMemória.

Embora não seja tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Palacete Ceará (localizado à Rua Guilherme Rocha, 45, na Praça do Ferreira, em pleno centro da capital cearense) é um exemplar representativo de uma fase importante da cidade, que se poderia denominar de "belle-époque". Em termos construtivos, o edifício é também significativo, devido à aplicação de novos materiais e conseqüentemente de novas técnicas em sua construção. De feição eclética, o imóvel foi projetado em meados de 1914 pelo arquiteto João Sabóia Barbosa.



José Rodrigues Neto

O Palacete Ceará, de propriedade da Caixa Econômica Federal, teve o seu interior destruído por incêndio, em julho passado. Agora, a CEF está recuperando o imóvel com o apoio da SPHAN/próMemória. A foto é anterior ao incêndio.

Posteriormente à sua decisão de restaurar o prédio, a CEF solicitou à 3ª DR da SPHAN/próMemória o apoio técnico e assessoria ao projeto de recuperação. A 3ª DR participou decisivamente na elaboração do projeto no sentido da manutenção de toda a volumetria anterior do imóvel, bem como executando os desenhos para reconstituição das fachadas e esquadrias do mesmo, com base no trabalho do arquiteto Sabóia, existente no Departamento de Arquitetura da UFC. O projeto foi aprovado pela CEF e pelos órgãos da Prefeitura de Fortaleza, e a sua execução conta com o apoio da SPHAN/próMemória, na fiscalização dos serviços de recuperação propostos.

EM ESTUDO, TOMBAMENTO DO MERCADO DE CARNE DA CIDADE DE AQUIRAZ

Encontra-se em tramitação na SPHAN o processo de tombamento do conjunto denominado Mercado de Carne, localizado na cidade cearense de Aquiraz e considerado uma das obras mais importantes da arquitetura popular do país. O processo está sendo analisado com base em levantamento executado recentemente pela 3ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, constando de plantas, cortes e elevações, fotos e breve descrição do conjunto.

O Mercado de Carne possui planta quadrada, constante de núcleo central contornado por alpendres. O telhado é piramidal, com vértice apoiado numa coluna central de alvenaria de tijolos. Todo madeiramento é de carnaúba.

A edificação, situada no centro da cidade, embora represente elemento de maior importância, integra um conjunto arquitetônico de relevância no contexto regional, estando a face noroeste voltada para os fundos da Igreja Matriz de São José de Ribamar, datada do século XVIII, na praça do mesmo nome, e a antiga Casa de Câmara e Cadeia, que hoje abriga o Museu Sacro São José de Ribamar, sendo seu primeiro pavimento também do século XVIII.

Mesmo não se tendo precisão da época de construção, este exemplar, enquanto componente inseparável do conjunto, expressa grande importância no sentido da sua proteção. Há pouco tempo, a cidade de Aquiraz esteve a ponto de perder esta magnífica obra de arquitetura popular, com a construção de uma edificação para uso da Companhia Telefônica do Estado, contígua ao mercado, e que destruiria toda a sua ambiência. A ação imediata da SPHAN/próMemória – de acordo com a legislação federal pertinente, já que o imóvel está em processo de tombamento – impediu a execução da edificação proposta.

Setembro/Outubro 1982

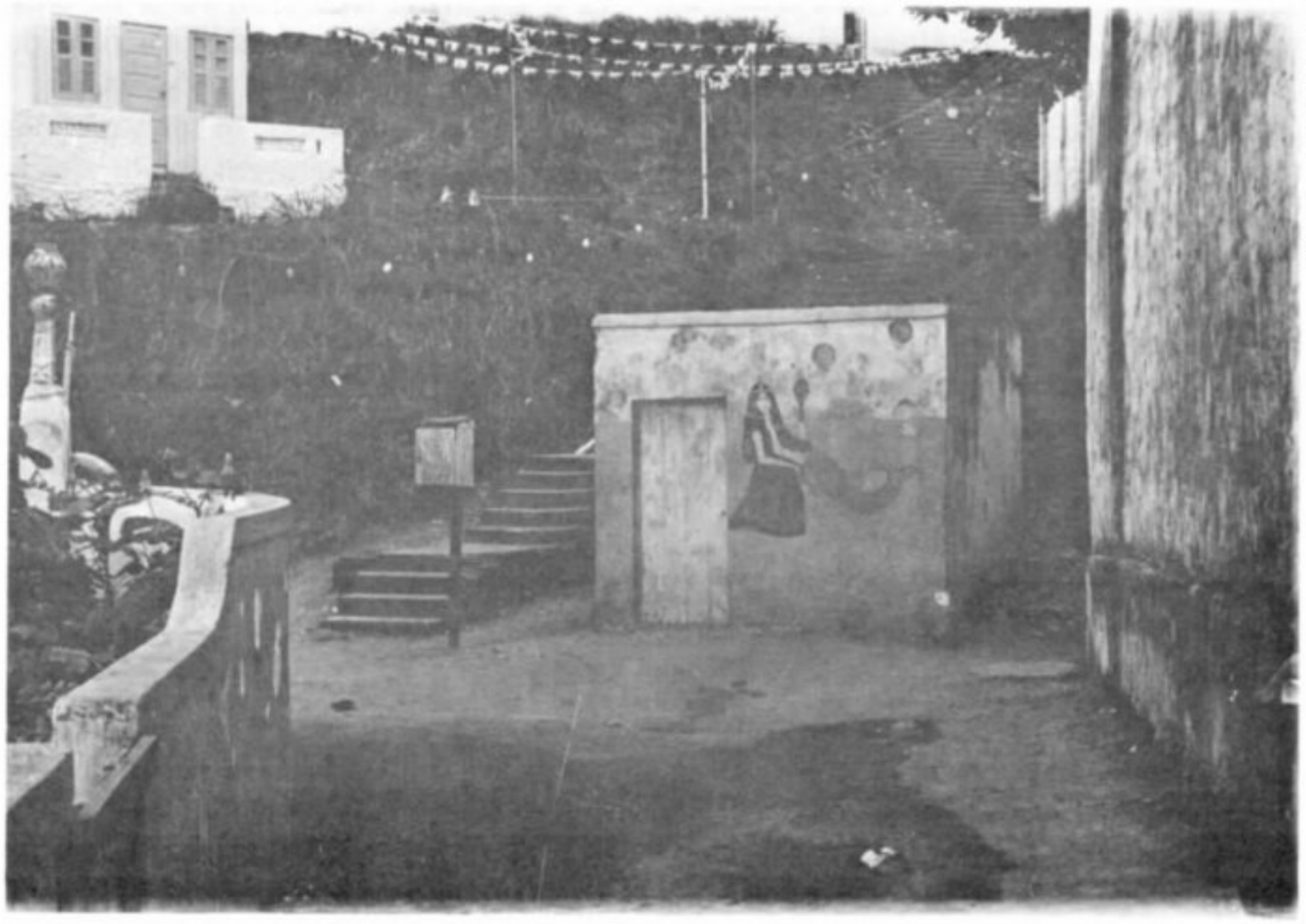
SPHAN 20
*pró*Memória

Bahia terá monumentos religiosos negros preservados

Casa Branca, o mais antigo terreiro de candomblé do Brasil, será o primeiro a ser preservado como patrimônio histórico e cultural. Em setembro passado em Salvador, depois de uma visita ao terreiro, o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, assinou convênio com órgãos do Governo da Bahia para o mapeamento e proteção dos principais sítios e monumentos religiosos negros do Estado. O convênio, assinado entre a Fundação pró-Memória, a Prefeitura de Salvador, as Secretarias Estaduais de Planejamento e Educação e a Fundação Cultural da Bahia, deverá proteger os terreiros de candomblé, e as áreas onde estão situados, da especulação imobiliária, a mais séria ameça à integridade desses locais atualmente.

A idéia da proteção ao patrimônio da cultura negra na Bahia surgiu em 1980, quando foi encaminhada à Prefeitura de Salvador por um grupo de técnicos, sendo aprovada e levada ao conhecimento da Fundação próMemória e da Fundação Cultural do Estado. O Projeto Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia,(MAMNBA), começou a funcionar em abril de 81, com uma equipe de técnicos formada pela Prefeitura dando início aos estudos preliminares.

Segundo o antropólogo Ordep Serra, Coordenador do Projeto, um dado importante dos estudos preliminares "é o sentido e a percepção que o povo tem do que são seus monumentos, seus bens culturais, nos levando a saber, por exemplo, que uma árvore, um rochedo, um rio, um pequeno bosque, podem ser também bens culturais que mereçam ser aproveitados". Um aspecto com o qual o Projeto preocupa-se bastante, ainda segundo seu Coordenador, é questão da posse de terrenos onde estão localizados os terreiros de candomblé da Bahia. São dois mil terreiros, ao todo, mantidos de forma precária, em terrenos que não são próprios, na grande maioria dos casos, e sujeitos, portanto, às pressões da expansão imobiliária, que já desalojou ou desfigurou vários.



Arquivo MAMNBA

Proa do Oko Iluaiê, à esquerda em primeiro plano. Ilê de Iemanjá, ao centro.

CASA BRANCA

O Terreiro da Casa Branca, ou Candomblé do Engenho Velho, matriz da Nação Nagô, está localizado numa área de seis mil e oitocentos metros quadrados, às margens da Avenida Vasco da Gama, no Bairro da Federação, em Salvador. O terreiro vinha sofrendo constantes ameaças de desalojamento por parte do atual proprietário do terreno, que pretendia loteá-lo.

No final de 1980, um grupo de intelectuais, antropólogos, etnólogos, além de representantes de várias entidades, se uniu em torno da preservação da área do terreiro, criando a Comissão de Defesa da Casa Branca. Uma das primeiras medidas do grupo foi o pedido de desapropriação do terreno feito à Prefeitura de Salvador, em janeiro de 81. Muitos intelectuais e artistas baianos, entre eles Jorge Amado, Caymmi e Maria Bethânia, não só assinaram o pedido de desapropriação, como também enviaram ao ex-Secretário da Cultura, Aloísio Magalhães, telegramas de alerta para a situação da "matriz da Nação Nagô".

O antropólogo Olympio Serra, técnico da SPHAN acredita que "tombar ou mesmo estabelecer mecanismos para preservar o terreiro da Casa Branca significa abrir espaço para o legado das demais culturas que compõem o Brasil". Segundo Edison Carneiro, antropólogo estudioso da "Casa Branca", o Candomblé do Engenho Velho é o terreiro de maior importância histórica do Brasil, porque deu origem a todos os demais na Bahia.

ORIGEM

Edison Caneiro acredita que o terreiro tenha sido fundado em 1830, embora haja quem lhe dê até 200 anos de existência. Sua origem se dilui na lenda. Três negras nigerianas, de quem se conhece apenas o nome africano - Iya Detá, Iya Kalá e Iya Nassô - fundaram o terreiro. Outro estudioso da "Casa Branca", Antônio Costa Lima, ao comentar sobre o nome das fundadoras, observa que Iya Nassô é um título honorífico, privativo das sacerdotisas da Costa do Alafim de Oió (Rei de todos os oiorubás). "Na Bahia do século XIX, povoada por iorubás, nin-

guém usaria o título se não tivesse autorização para fazê-lo, afirma Costa Lima.

Tia Marcelina sucedeu às três negras nigerianas. Suas filhas, Maria Júlia Conceição e Maria Júlia Figueiredo, disputaram a chefia do Candomblé, vencendo a segunda, que ficou sendo a substituta legal de Marcelina como Mãe Pequena (Iya Kekere). Vencida, Maria Júlia Conceição afastou-se, arrendou um terreno no Bairro do Rio Vermelho e lá fundou, com os demais dissidentes, o atual Candomblé do Gantois.

Marieta Vitória Cardoso - Oxum Nike - é a atual Ialorixá da Casa Branca, responsável pelo sítio e pela sua comunidade. Segundo relatório elaborado pelo grupo de defesa da Casa Branca, o Candomblé é objeto de veneração por parte de extensas camadas de nosso povo, na Bahia e em todo o Brasil. De acordo com testemunhos que a Comissão recolheu, até no Rio Grande do Sul, por exemplo, a Casa Branca é chamada de "a Catedral de Oxalá', sendo também conhecida fora do Brasil, principalmente na Nigéria.

Ainda segundo o relatório, os elementos que merecem maior destaque no conjunto arquitetônico da Casa Branca são: a coluna central do salão de festas, cuja concepção se prende a uma simbologia extremamente rica, e o "okoiluaie" (barco), monumento simbólico e único do seu gênero no Brasil. Além desses elementos, o sítio do Candomblé do Engenho Velho comporta ainda uma casa grande central – Casa Sagrada –, várias casas-de-santos, árvores sagradas e plantas cultivadas especialmente para serem utilizadas nos rituais.

CONVÊNIO

A assinatura do convênio, em setembro passado, possibilitará a execução do Projeto MAMNBA, cuja preservação do Terreiro da Casa Branca é o ponto de partida. Outros sítios e monumentos religiosos negros da Bahia também serão preservados, como, por exemplo, o Parque São Bartolomeu, reserva ecológica de Salvador, com sua natureza considerada sagrada e dedicada aos orixás.

A palavra de Jorge Amado

Gostaria de estar presente a esta cerimônia para aplaudí-la: reúnem-se aqui a Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, a Prefeitura de Salvador e a Fundação Cultural do Estado da Bahia para lançar as bases de um projeto da maior importância, pois visa proteger e preservar parte fundamental de nossa memória nacional, sua matriz africana. Essa matriz africana tanto tempo perseguida, agredida, violentada, repudiada, negada, escondida, menosprezada. Sem a qual, no entanto, não seríamos os brasileiros que somos.

Não seríamos os escritores, os plásticos, os músicos, os bailarinos, os futebolistas que somos sem o sangue negro que corre vigoroso em nossas veias. Sem os valores culturais vindos da África no bojo dos navios negreiros e aqui defendidos e misturados em luta permanente, na escravidão e após a abolição, por negros, mestiços e brancos, por Zumbi e pelos guerreiros de todos os quilombos, pelos alufás dos malés e pelo poeta Gregório de Matos, por Castro Alves e Luiz Gama, por Manoel Quirino e Ruy Barbosa, por Martiniano Eliseu do Bonfim e todos os babalaôs, por Edison Carneiro e Artur Ramos, por Glauber Rocha e Vinícius de Moraes, por Mãe Senhora e todas as iyalorixás, por Eduardo de Ijexá e todos os babalorixás. Por tantas e tantos que se bateram e se batem pela cultura e pelo povo brasileiro. Por Senhor do Bonfim e por Oxalá.

A bem da verdade, deve-se dizer que a Fundação Cultural do Estado da Bahia, sob a direção de Geraldo Machado, tem demonstrado constante interesse pelos valores culturais provindos do povo, várias são suas realizações nesse sentido. Deve-se dizer igualmente que a Prefeitura Municipal de Salvador, num passado recente, tem demonstrado idêntico interesse e tem agido na salvaguarda de bens sagrados do povo baiano. Recordo aqui, por ter participado dos movimentos reivindicatórios, a atuação da Prefeitura, na administração Clériston Andrade, salvando, reconstruindo e ampliando o peji de Yemanjá, templo dos pescadores no Rio Vermelho, ameaçado pelo obscurantismo, a ação do Prefeito Renan Baleeiro defendendo o Parque São Bartolomeu e, agora, a Casa Branca, o venerável templo do Engenho Velho.

Por isso mesmo o que se deve louvar sobretudo neste momento, nesta circunstância administrativa e cultural, que eu não hesitaria intitular de histórica, é a participação da Secretaria de Cultura do MEC, pela primeira vez assumindo projeto de tamanha significação na difícil batalha em defesa da nossa memória de povo. Finalmente os valores culturais procedentes da África sensibilizam os responsáveis pela política cultural do Ministério, tornam-se objeto de tombamento e preservação, de estudo e pesquisa, de atenção e carinho. Ao constatar e aplaudir a auspiciosa novidade, desejo acrescentar que o fato não me surpreende pois sendo leitor de Marcos Vinícios Vilaça, atual Secretário de Cultura do MEC, sei como ele é sensível a tais valores populares. tema e reflexão essenciais em sua admirável obra de ensaísta. Em boa hora, reuniram-se à frente de organismos administrativos responsáveis pela cultura, três personalidades capazes de sentir, respeitar e amar o povo e sua criação imortal.

Desejo acrescentar apenas que hoje se dá tão somente um primeiro passo para a imensa obra a realizar em defesa daquela parte de nosso patrimônio cultural que o povo negro, o povo escravo conseguiu preservar e nos legou, matriz maior de nossa cultura nacional, brasileira. Que esse primeiro passo signifique realmente o início de uma política correta e digna , vitoriosa sobre velhos e terríveis preconceitos, coerente com nação mestiça que somos, graças a Deus e aos Orixás.

Jorge Amado

Setembro/Outubro 1982

SPHAN 20
*pró*Memória

Em Goiás, Quartel do 20 abriga o Conselho de Cultura e de Defesa do Patrimônio Histórico





Em solenidade realizada entre os dias 2 e 5 de setembro, a comunidade da cidade de Goiás recebeu de volta, para seu uso, o antigo Quartel do XXº Batalhão de Infantaria, após ter passado por uma completa restauração, o que lhe devolveu as características arquitetônicas originais (SPHAN nº 17, pág. 27).

As festividades de reabertura do monumento, elaboradas, em comum acordo, pela Fundação Nacional pró-Memória e população vilaboense, visaram atender a preferência dos vários segmentos da comunidade e atrair o maior número possível de moradores das áreas urbana e rural.

Os festejos iniciaram-se com uma oração comunitária, quando foi lida, pela população presente, a prece de São Francisco de Assis. Logo após, uma visita às dependências do antigo Quartel inaugurava as quatro exposições ali montadas: a de artistas plásticos de Goiás, organizada pela comunidade e que trazia ao lado de nomes famosos como Goiandira do Couto, Otto Marques, Omar Souto, Silvia Curado, o jovem artista e entalhador Mário, de 9 anos; a mostra de cartazes de monumentos e sítios brasileiros tombados por legislação federal; a mostra sobre a restauração do monumento, que relatava, através da fotografia, a história da vida do Quartel do 20, como é chamado na cidade, desde sua fisionomia original, passando pelas intervenções sofridas ao longo do tempo e, finalmente, o "dia-a-dia" da restauração, e a mostra de "Cartemas", de Aloísio Magalhães, uma homenagem e um agradecimento da cidade ao ex-Secretário da Cultura.

Na sala onde estavam expostos os Cartemas, uma mesa e conjuntos de 36 cartões postais de Goiás, eram trabalhados, expontaneamente, por crianças e adultos que passavam horas a "cartemar", buscando como Aloísio, o "clima" da Vila Boa de Goyas, na recriação do veículo gráfico.

O ponto alto da primeira noite de festas, estava, porém, na apresentação da Orquestra e Coro da Associação de Músicos Independentes do Estado de Goiás, sob a regência do maestro Braz Wílson Pompeo de Pina Filho, com o apoio da preparadora de coro Maria Augusta Callado. Entre uma e outra peça apresentada, o depoimento caloroso de antigos goianos, como o "seu" Natal, que havia servido como soldado, naquele Quartel, em 1927. Hoje, músico em Jaraguá, "seu" Natal se emocionava com o Moteto dos Passos, de autoria de Basílio Martins Braga Serradourada, com a Solo das Dores, composto por José Iria Xavier Serradourada, e com "as voltinhas irregulares dos telhados, que estão como no meu tempo de rapaz. A restauração foi magnífica". Um coquetel de comidas e bebidas típicas, especialmente preparado pela cidade, convidava os moradores a retornarem nos dias seguintes, para mais festa.

NOS DIAS SEGUINTES A CIDADE INVADE SEU ESPAÇO

Se no primeiro dia de festa o Quartel do 20 despertou a atenção de aproximadamente mil pessoas, que andavam por seus pátios, suas salas e suas varandas, a partir do dia 3 de setembro, uma verdadeira multidão assumiu aquele novo espaço que a Fundação Nacional próMemória abria para novo uso. E a programação não chegava para quem queria. Sucederam-se mostras de filmes sobre arquitetura, artesanato e patrimônio natural do Estado de Goiás e na região Centro-Oeste; feiras de artesanato, de comidas e bebidas típicas, apresentação de grupos de congo e tapuios, duplas caipiras; as duas bandas da cidade, a "Maestro João Ribeiro", composta de crianças e adolescentes, e a "Banda da Polícia Militar", executavam marchas e frevos, e a alegria se tornava cada vez maior e mais contagiante. Escritores goianos do porte de Mendonça Telles, Regina Lacerda, também vieram de Goiânia compartilhar com os vilaboenses na alegria da festa e lançaram seus livros. O Grupo de Serenatas de Goiás, composto por jovens da cidade e sob a coordenação de Élder Camargo, se juntou com sua música aos festejos. Da mesma forma Maria Augusta Callado, soprano, acompanhada pelo violonista Marcio D'Allencastro Veiga, brindava a cidade com um recital de modinhas goianas. E todos os setores se juntaram através da música, do folclore, da literatura e do grande forró que só a chuva, às três horas da manhã, fez com que fossem para casa mais de duas mil pessoas.

ENQUANTO A FESTA ACONTECIA, O CONSELHO ERA CRIADO

A ocupação do espaço restaurado era discutido pelos vários segmentos da cidade, desde o início da última etapa da obra. E durante os dias que aproximavam a população da inauguração, amadurecidas as várias hipóteses de utilização, partiu-se para a criação de um órgão municipal que normatizasse e executasse o trabalho cultural do Município. Foi então criado, através da Lei Municipal nº 12/82, encaminhada à Câmara de Vereadores pelo Prefeito Municipal, Djalma Paiva, o Conselho de Cultura e de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Goiás. Sua função, entre outras, é de "planejar, normatizar, administrar, executar, fiscalizar o cumprimento da política de proteção ao patrimônio histórico, artístico, cultural e natural de Goiás, incentivando a produção cultural em todos os seus aspectos, mantendo as tradições e todos os elementos e valores históricos e culturais necessários à permanência da identidade vilaboense, na forma do Decreto Lei 25, de 30 de novembro de 1937".



Aracy & Berocan



Xinha

A Orquestra e Coro da Associação de Músicos Independentes do Estado de Goiás e duplas caipiras animaram as festividades de devolução do Quartel do 20 á comunidade vilaboense.

Setembro/Outubro 1982

BIBLIOTECA IPHAN NORONHA SANTOS

SPHAN 20
próMemória

MISSÕES: PAÍS PODE TER NOVO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

A Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, e o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, assinaram, no dia 9 de outubro passado, o termo de autorização de início das obras de consolidação das ruínas de São Miguel das Missões, o mais significativo conjunto arquitetônico ainda existente das sete reduções implantadas pelos jesuítas no território do atual Estado do Rio Grande do Sul, a partir do século XVII. Estão assegurados para os trabalhos recursos financeiros da ordem de Cr$ 100 milhões. O termo foi firmado quando da visita que a Ministra fez às ruínas missioneiras, oportunidade em que tomou conhecimento das obras que serão realizadas no local (SPHAN nº 17, págs. 1, 2, 3 e 4).

"Trata-se do resgate de uma dívida da sociedade brasileira para com o Rio Grande do Sul", afirmou o Secretário Marcos Vilaça sobre a restauração das ruínas de São Miguel. Anunciou, ainda, que a Secretaria da Cultura está providenciando a elaboração do pedido formal a ser encaminhado ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, para que as ruínas sejam incluídas na lista dos monumentos considerados Patrimônios Culturais da Humanidade, a exemplo de Ourto Preto e Olinda (ver matéria neste número).

Nesse sentido, o secretário viajará para Lisboa onde tentará levantar, junto à Fundação Gulbenkian, os meios que permitam a compilação de toda a documentação necessária, tarefa bastante demorada e que demanda consideráveis recursos financeiros. Devem constar do dossiê fac-símiles, relatórios históricos, arqueológicos, geográficos e sociológicos, além de farto material fotográfico e uma série de outras peças. O Secretário espera que a UNESCO reconheca as Missões como Patrimônio Cultural da Humanidade até o final de 1984. Para o Governo Federal o reconhecimento do Comitê é importante, pois, dessa forma, poderão ser negociados recursos para a restauração dos sítios, da mesma maneira que possibilitarão pesquisas em outras ruínas.

"Nós iremos, em 1983, encaminhar consubstancialmente à UNESCO uma proposta brasileira em transformar as ruínas de São Miguel em monumento da Humanidade. Evidentemente que é uma negociação penosa, que vai exigir um empenho muito grande do Brasil, para que o objetivo seja atingido. Para isso, teremos que formar um processo com bastante documentação fotográfica, histórica, etc., bem como teremos que obter da sociedade gaúcha uma grande participação comunitária para sensibilizar o organismo internacional".

O exemplar sobre as Missões da série *Raizes Gaúchas,* editada pela Fundação Rede Brasil Sul, será enviado à UNESCO, com o objetivo de instruir o processo de tombamento das ruínas de São Miguel como Patrimônio da Humanidade. A medida está prevista em uma carta de intenções assinada entre a Fundação Nacional próMemória e a Fundação RBS, "com a finalidade de, pelo sistema de cooperação mútua, atuarem no projeto de restauração do complexo das Ruínas das Missões Jesuíticas, no Rio Grande do Sul, bem como apoiar o movimento que pretende a transformação dessa reserva histórica em Patrimônio Cultural da Humanidade".

Pelo documento firmado, competirá à Fundação RBS liderar o movimento junto às empresas privadas, de todos os setores, para que participem financeiramente do Projeto Missões, bem como da cobertura jornalística ao trabalho da Fundação próMemória no referido projeto. À próMemória caberá fornecer suporte técnico (informação e orientação) para o programa, indicar especialistas para conferências sobre o assunto, promover seminários e debates sobre o tema, que envolvam ampla participação da comunidade.



Arquivo SPHAN

Frontaria da igreja de São Miguel das Missões.

BRASIL, EQUADOR E OEA DESENVOLVEM PROJETO CULTURAL

A formação de recursos humanos a nível regional, na tentativa de descentralizar as decisões da área cultural, normalmente restrita aos grandes centros, é um dos pontos fundamentais do Projeto Sub-Regional de Formação de Recursos Humanos em Política e Administração Cultural na América Latina. O II Segmento do projeto está sendo desenvolvido pelo Ministério da Educação e Cultura do Equador e pela Organização dos Estados Americanos – OEA. A primeira etapa dos trabalhos realizou-se entre os dias 20 de setembro e 23 de outubro, no Brasil, e a segunda fase, no Equador, de 24 de outubro a 25 de novembro.

ORIGEM DO PROJETO

Em 1978, o então CNRC – Centro Nacional de Referência Cultura – iniciava a participação do Brasil no Projeto Multinacional de Política Cultural do Programa Regional de Desenvolvimento Cultural da OEA. De outubro a dezembro desse ano realizou-se no Brasil, em Brasília, o III Curso Interamericano sobre Política Cultural – Administração e Gerência, reunindo administradores culturais de 11 países membros da OEA: Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, EUA, Guatemala, Honduras, México, Peru e República Dominicana.

O Curso desenvolveu-se, durante dois meses, através de uma série de seminários e grupos de trabalho "que se referiam à dimensão cultural do desenvolvimento e aos problemas de desenraizamento cultural e de marginalização social causados pelo crescimento econômico acelerado e pelas mudanças de ordem social". O III Curso foi fundamentalmente diferente dos dois primeiros, realizados na Venezuela, porque deu prioridade à própria direção e desenvolvimento do curso, gerado pela dinâmica interna do grupo. O documento Recomendações para a Política Cultural na América Latina e uma coleção de projetos para o desenvolvimento cultural a nível local (municipal), elaborados ao final do encontro, forneceram as bases para a realização do V Curso Interamericano Sobre Política e Administração Cultural: Investigação do Desenvolvimento Cultural Municipal, realizado em 1980 pela mesma equipe do CNRC.

A proposta experimental do V Curso visava substituir a prática de cursos regulares por uma dinâmica onde houvesse uma real interação entre o estudioso e o objeto de estudo. Apoiar a criação de centros nacionais de formação de recursos humanos para o trabalho de desenvolvimento cultural, propiciar o intercâmbio de pessoal entre os diversos países, procurar realizar novos cursos a nível regional, nacional e internacional, foram algumas das recomendações dos participantes do encontro. Na tentativa de viabilizar essas propostas, foi elaborado o Projeto Sub-Regional de Formação de Recursos Humanos em Política e Administração Cultural na América Latina.

DESENVOLVIMENTO

Cinco comunidades onde a pluralidade cultural se manifestava de forma acentuada – Alcântara (MA), Tracunhaém (PE), Cachoeira (BA), Parati (RJ) e Ouro Preto (MG) – foram escolhidas como foco de investigação e, durante duas semanas, foram objeto de estudo intensivo, cujo resultado foi publicado em livro – *Política Cultural* – pela Fundação próMemória.

Segundo Tadeu Gonçalves, da próMemória e um dos integrantes da equipe de coordenação geral do projeto, "percebemos que estávamos no caminho certo, mas havia o inconveniente de um contato muito curto com a comunidade". Pensado para ser desenvolvido em quatro segmentos, a partir da experiência com as cinco comunidades, realizou-se o 1º segmento do projeto, em duas cidades do Nordeste brasileiro: Cabedelo, na Paraíba, e Pontal da Barra, em Alagoas, com duração de 30 dias, entre novembro e dezembro de 1981.

A equipe de pesquisa contou com a participação de pessoas da região, além de outras vindas de Estados vizinhos e de vários países da América Latina. "Entre nós", afirma Tadeu, "quando começa o trabalho, deixa de existir a figura do coordenador e a equipe passa a atuar em regime de autogestão. A coordenação tem direito a voz, mas não tem direito a voto, não interfere no processo decisório".

O II Segmento teve início a 20 de setembro, no Rio de Janeiro, onde durante três dias os participantes receberam informações preliminares sobre o papel do agente cultural. Em seguida, partiram para Urussanga, em Santa Catarina, conhecida como Capital do Vinho, apesar de ser a mineração de carvão a sua principal atividade econômica, para uma visita de 15 dias. A segunda comunidade visitada foi Pirapora, à beira do Rio São Francisco, em Minas Gerais. A etapa seguinte dos trabalhos de campo desenvolveu-se, durante 30 dias, a partir de 24 de outubro, em duas comunidades no Equador, Chordelec e Shuar. Essa é a primeira vez que o projeto é feito de forma binacional.

Além de Tadeu Gonçalves, também fazem parte da equipe de coordenação geral Luís Felipe Serpa e Marinalva Santos, da Fundação próMemória, Laura Ferraz, da Funarte, Alfonso Vintimilla, da Subsecretaria de Cultura do Equador, e James Patrick Kiernan, coordenador geral do projeto, do Departamento de Assuntos Culturais da OEA.

"A importância fundamental deste tipo de programa", segundo Tadeu, "em comparação com os tradicionais seminários ou congressos internacionais, é que as discussões não ficam no plano teórico. Os participantes tentam aprofundar uma prática que propicie um processo dinâmico de ação/reflexão simultânea". Tadeu afirmou ainda que "é importante os pesquisadores não criarem nenhuma expectativa nos habitantes do local estudado. Eles irão apenas conhecer e pesquisar, possibilitando que as pessoas da comunidade participem dos grupos de trabalho".

O resultado prático, constatado pelos coordenadores, é que grupos locais partem para atividades comunitárias, reativam trabalhos antigos e se organizam. Surgem propostas de utilização de espaços locais por artistas e educadores. As pessoas se reúnem, discutem e participam, demonstrando interesse em dar continuidade à idéia inicial.

NO MÉXICO, A ARTE PLUMÁRIA DE ÍNDIOS BRASILEIROS

Foi inaugurada no dia 29 de outubro passado, no Museu Nacional de Antropologia da Cidade do México, a exposição "Arte Plumária del Brasil", patrocinada pela Fundação Nacional próMemória, com a colaboração do Ministério das Relações Exteriores, através de sua Embaixada no México.

A mostra é composta de cerca de 350 artefatos plumários de 37 grupos tribais brasileiros, alguns dos quais já extintos. Os objetos provêm das coleções de quatro Museus – Museu Paulista e Museu Plínio Ayrosa, ambos da Universidade de São Paulo, Museu Paraense Emílio Goeldi, do CNPq, e Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – e de 18 colecionadores particulares.

Originalmente montada no Museu de Arte Moderna de São Paulo, foi escolhida a melhor exposição do ano de 1980 pela Associação Paulista dos Críticos de Arte. Em 1981, a Fundação Nacional próMemória assumiu a coordenação da mostra, levando-a ao Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, por ocasião do Encontro de Ministros Participantes do Tratado de Cooperação Amazônica.



Arquivo SPHAN

No mesmo ano, esteve exposta no Palácio Itamaraty, em Brasília (SPHAN nº 8, pág. 21).

Em maio deste ano, foi levada a Washington como um dos eventos culturais que acompanharam a visita do Presidente João Figueiredo aos Estados Unidos (SPHAN nº 18, pág. 16) e, em setembro, mereceu uma reportagem na revista de arte *Conaisseur*.

A equipe do Museu Nacional de Antropologia da Cidade do México, depois de um exame das peças, decidiu transferir o local da exposição, a princípio na área educativa, para a sala principal de exposições do Museu, onde recentemente se realizou a mostra das escavações do "Templo Mayor" daquela cidade.

BIBLIOTECA NACIONAL HOMENAGEIA DRUMMOND COM EXPOSIÇÃO

Para comemorar os 80 anos de Carlos Drummond de Andrade, completados no dia 31 de outubro passado, a Biblioteca Nacional inaugurou em sua sede, no Rio de Janeiro, uma exposição apresentando um apanhado da obra do poeta, cronista e contista, através de fotos, livros, cartas e quadros. A mostra foi aberta no dia 25 de outubro em solenidade que contou com a presença do próprio Drummond, assíduo freqüentador da Biblioteca. Presentes ainda o Secretário da Cultura, Marcos Vinícios Vilaça, a Diretora da Biblioteca Nacional, Célia Zaher, o ensaísta José Guilherme Melchior, que fez a saudação ao poeta, intelectuais, crianças, adolescentes e adultos, amigos e admiradores de Drummond.

A exposição foi montada com o material pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional, enriquecido por quadros e edições únicas emprestadas especialmente para a ocasião pelo próprio Drummond. Entre o material emprestado pelo poeta está um exemplar único de *A máquina do mundo*, ilustrado por Luís Jardim e de confecção inteiramente artesanal. Drummond cedeu ainda um exemplar de *Crônicas das favelas cariocas*, de 1981, e dois retratos seus, um de Aldemir Martins e outro sem assinatura.

A mostra foi organizada em seis ítens principais - livros (em que foram agrupadas as obras completas, antologias, livros de poesia, poemas traduzidos para outras línguas, crônicas, contos e outras produções), seleção de escritos publicados em periódicos, as traduções feitas por Drummond, as composições musicais baseadas em seus poemas, correspondência e, por fim, estudos sobre o autor e sua obra publicados em livros e periódicos.

No ítem *livros*, destacam-se as primeiras edições de *Alguma Poesia*, trabalho de 1930 e primeiro livro publicado por Drummond. Dois anos antes disso, porém, o conhecido poema *No meio do caminho* já causava escândalo nos meios conservadores da época, ao ser publicado na Revista de Antropofagia, cujo exemplar também foi exposto na mostra. A documentação pictórica da exposição foi complementada por fotografias do poeta e de Itabira, a cidade que tornou conhecida, e caricaturas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional.

CONCLUÍDA A RESTAURAÇÃO DO PAINEL "EU VI O MUNDO, ELE COMEÇAVA NO RECIFE"

O Museu Nacional de Belas Artes finalizou, em outubro passado, a restauração do mural *Eu vi o mundo, ele começava no Recife*, do pintor Cícero Dias, considerado o primeiro painel abstrato da América Latina. É intenção da direção do MNBA expor, futuramente, a obra na Galeria do Século XX do Museu.

Com a metragem original de 15 metros de extensão, o painel ficou enrolado por cerca de 50 anos, em peregrinação por diversos locais, e era tido como irrecuperável até 1979, quando chegou ao Museu Nacional de Belas Artes. No ano passado, a museóloga e restauradora do MNBA, Norma Correia Peregrini, ocupou-se do painel, conseguindo, depois de oito meses de paciente trabalho, sua completa recuperação.

O mural chegou ao Museu em estado deplorável, conta a restauradora. "Além de ter ficado enrolado durante cerca de 50 anos, foi reentelado com cola para a Bienal de 1975 e isso apressou em demasia a sua decomposição. Foi a solução mais desastrosa que poderiam ter encontrado".

Com o painel rasgado, enrugado, sujo e as cores já sem a beleza original, a primeira providência tomada por Norma Peregini foi estudar a documentação fotográfica existente sobre o desenho. Depois, elaborou um projeto técnico para a restauração. Finalmente, a restauradora decidiu-se por um processo praticamente sem o uso de produtos químicos.

Durante quatro meses, removeu com bisturi as camadas de cola aderidas ao dorso do suporte original. Em seguida, desmontou o painel em oito segmentos distintos e, com base no menor dos segmentos, utilizado para observar o comportamento do suporte, dos pigmentos e fibras, partiu para um trabalho em cada um dos outros Extremamente complexo, o método empregado pela museóloga é explicado em detalhes no livro *O painel de Cícero Dias - as técnicas utilizadas na sua recuperação*, a ser publicado pelo MNBA. Além deste trabalho, o processo de restauração foi também documentado em fotos e slides.

Com 78 anos, dividindo-se entre o Brasil e Paris, onde há máis de 40 anos mantém seu atelier, Cícero, além de assinar o painel, contribuiu com vários retoques na recuperação. Guiando-se pelo restante do trabalho, procurou refazer as zonas destruídas nos mesmos tons do oringinal. Como ele diz, é surpreendente a resistência demonstrada pelo material que empregou, há mais de meio século (1929).

"Quando tive a idéia de pintar o painel, procurei fazê-lo em tela, mas, na época, havia uma grande falta de material de pintura e não encontrei uma tela corrida nas dimensões que desejava. Também não pude utilizar óleo ou qualquer tinta-água. Usei, então, papel e tinta à cola. É impressionante como a cor resistiu todo esse tempo".

Nascido em Pernanbuco, Cícero Dias já morava no Rio quando fez o painel, que reflete recordações da infância do pintor, passada no Recife.

CARTAS

CURT NIMUENDAJÚ

Este Gabinete de Arqueologia do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul recebe regularmente a publicação periódica dessa Fundação, cujo conteúdo muito nos interessa. Agora viemos solicitar o envio do *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*, de cuja publicação por essa Fundação fomos recentemente informados. Segundo a mesma informação, o referido *Mapa* seria enviado gratuitamente para instituições de ensino e pesquisa como a nossa. Sem mais, atenciosamente, José Proenza Brochado – Gabinete de Arqueologia – Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NR – A referida publicação pode ser obtida junto ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, órgão encarregado de fazer a distribuição do Mapa *às instituições nacionais e do Terceiro Mundo.*

LIVROS

"Embora receba regularmente a publicação informativa da próMemória, lendo o *Jornal de Letras*, tomei conhecimento de alguns trabalhos postos à venda por essa entidade. Pelo interesse de pesquisa no campo da história do catolicismo no Brasil, solicito a remessa por reembolso postal destes dois trabalhos:

– *Promessa e Milagre no Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas do Campo, MG. Introdução de Lélia Coelho Frota* (Cr$ 300,00).

– *Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia (1587-1862). Prefácio e notas de frei Venâncio Willeke, OFM* (Cr$ 350,00). (. . .)". Cândido da Costa e Silva – Salvador (BA).

NR – O seu pedido foi encaminhado ao Setor de Editoração da SPHAN, no Rio de Janeiro, para que seja devidamente atendido.

3ª DIRETORIA REGIONAL

Sirvo-me do presente para comunicar a V.Sa. que a 3ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, com jurisdição sobre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, encontra-se instalada à Av. Barão de Studart, 1045, Aldeota, CEP 60000, Fortaleza-CE, telefone (085) 244-4344. Ao ensejo apresento a V.Sa. protestos de alta consideração. Domingos Cruz Linheiro – Diretor Regional/3ª DR/SPHAN/próMemória.

Cartas para:
Fundação Nacional próMemória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - 70.710 - Brasília - DF. Por motivo de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.